

Estudo

Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público em 2023

José Soares Neves¹ (coord.), Sofia Costa Macedo², Jorge Santos² e Maria João Lima¹

¹ Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC), Lisboa, Portugal; ² Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC), Lisboa, Portugal, e Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E.

O trabalho de terreno do Estudo **Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público em 2023** foi realizado no OPAC entre maio e agosto de 2024.

O OPAC - Observatório Português das Atividades Culturais é uma estrutura constituída em dezembro de 2018 no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa no quadro do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte) que é a instituição responsável pelo seu funcionamento e coordenação científica.

Data: junho de 2025

ISBN: 978-972-8048-97-6

DOI: 10.15847/CIESOPACR012025

Como citar: Neves, José Soares (coord.), Sofia Costa Macedo, Jorge Santos e Maria Joao Lima (2025), *Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público em 2023*, Lisboa, Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte. <https://doi.org/10.15847/CIESOPACR012025>.

A equipa agradece a todos os diretores, responsáveis e técnicos dos Monumentos Nacionais inquiridos a colaboração no presente estudo através das respostas e dos esclarecimentos prestados.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A recolha de informação da sexta edição do Inquérito aos Monumentos Nacionais de Portugal (IMNP), um projeto do [OPAC - Observatório Português das Atividades Culturais](#), decorreu entre maio e agosto de 2024, com dados referenciados ao ano de 2023, tendo por objetivo atualizar as séries estatísticas sobre a utilização e acesso público, os visitantes e os recursos humanos dos Monumentos Nacionais (MN) visitáveis em Portugal.

Nesta edição foram inquiridos 337 MN, dos quais responderam 258 (ver listagem nominal constante no Anexo C), estando visitáveis 241, número que constitui a base da análise nesta edição do inquérito. Face ao ano anterior, foram inquiridos menos oito MN, responderam mais seis, e os MN visitáveis são mais 16, o que se deve maioritariamente ao conjunto histórico-cultural classificado como Património Mundial *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia*.

Os resultados mostram que o total de ingressos se situou, no ano de 2023, em 15 milhões 646 mil visitantes, o que significa um aumento de mais de 20% relativamente a 2022, ano em que já se havia evidenciado a recuperação dos visitantes após o período da pandemia Covid-19 (2020-2021). O número de ingressos em 2023 mantém a tendência de crescimento verificada desde o início da série em análise no IMNP, 2017.

As dinâmicas de retoma do turismo no país contribuíram em 2023¹, para o incremento dos visitantes dos MN. A percentagem de estrangeiros em 2023 corresponde ao maior segmento dos públicos algo que não se observava desde 2019 – no período 2020-2022, em que o padrão dominante de visitantes foi maioritariamente nacional – por força da pandemia covid-19. De facto, em 2023, o padrão de visitantes aproxima-se da estrutura típica do período pré-pandemia, em que os estrangeiros dominam. Ainda assim, em termos relativos, os estrangeiros representam, em 2023, 61,3% das entradas nos MN, quando em 2019 correspondiam a 70,6%.

O número de visitantes em 2023 está em linha com o que se verifica um pouco por toda a Europa, com o aumento generalizado de visitantes, face a 2022, nos sítios patrimoniais, ainda que em escalas diferentes. Em alguns outros domínios, como por exemplo o dos

¹ Mais 5,3% de hóspedes de Portugal e mais 19% de hóspedes do estrangeiro em 2023, face a 2022 (Turismo de Portugal, 2023.).

museus, esta recuperação também se verificou, de forma muito análoga no caso português, mas com algumas diferenças nos vários contextos internacionais.

Tal como se tem vindo a observar nas edições do IMNP já realizadas, os MN visitáveis distribuem-se por todo o território nacional, com maior incidência na região Norte (39,4%) e menor na Região Autónoma dos Açores (0,4%). Na presente edição verificou-se a existência de pelo menos um MN visitável em todas as regiões (NUTS II), sendo que o aumento mais significativo se observa na região Centro, tanto em termos relativos (passa de 22,2% em 2022 para 24,9% em 2023), como em números absolutos (mais 10 MN participantes no INMP que indicaram ser visitáveis em 2023 face ao ano anterior).

Em termos de distribuição por município, em 2023 o número total de municípios com MN é 115, o que significa que 37,3% dos 308 municípios portugueses tem pelo menos um MN visitável. Em mais de metade dos 115 municípios existe apenas um MN visitável (57,4%), ao passo que em 42,6% existem dois ou mais. Os municípios com maior representação são Lisboa (com 18 MN), Coimbra (14 MN) e Porto (12 MN).

Os monumentos de arquitetura religiosa constituem a maioria dos MN visitáveis (58,9%), a que se seguem os de natureza militar (27,0%). Com ligeiras variações percentuais relativamente ao ano anterior, estas duas categorias mantêm-se como as mais comuns e representam em conjunto nove em cada dez monumentos visitáveis. Em termos de evolução, registe-se a particularidade de em 2023 se constatar um aumento do número de MN visitáveis de arquitetura civil (mais cinco MN, o que corresponde a 10,0% face a 8,4% de 2022).

Tal como se observou no ano anterior, a Igreja Católica mantém-se como a entidade responsável pela gestão da maior percentagem de MN visitáveis (34,9%). Esta e outras entidades do setor privado (responsáveis pela gestão de 11,6%) gerem quase metade (46,5%) dos MN visitáveis em Portugal, percentagem que representa uma pequena descida (menos de dois pontos percentuais) relativamente ao ano de 2022.

O ligeiro aumento de MN visitáveis geridos por entidades do setor público (49,8% em 2023 contra 48,0% em 2022), deve-se essencialmente aos municípios, tutela que se aproxima da Igreja Católica enquanto entidade responsável pela gestão de mais MN. São também os municípios que apresentam o maior aumento face ao ano anterior (mais 2,6 pontos percentuais). Este aumento explica-se, em parte, pelo facto de a gestão de alguns MN ter passado para os municípios quando no ano anterior estavam na dependência do Ministério da Cultura. Esta alteração verifica-se precisamente nos MN visitáveis geridos pelo

Ministério da Cultura que mostram um decréscimo percentual em 2023 (12,0%) em relação a 2022 (14,7%). Os MN com gestão mista representam em 2023, 3,7%.

Por fim, relativamente aos recursos humanos, o número de pessoas ao serviço nos MN visitáveis registou um significativo acréscimo de 524 pessoas, sendo o total em 2023 de 2.063. No caso do pessoal integrado num quadro, no ano de 2023 também aumentou o seu número absoluto face a 2022 (de 935 para 1.333, um aumento de 42,6%). No cruzamento entre pessoal ao serviço e pessoal no quadro observa-se que, em 2023, estes correspondem a 64,6%, valor que tem vindo a aumentar desde o início da observação, com a única exceção de 2020, relacionada com as questões da pandemia já antes tratadas no âmbito do IMNP (Neves, Macedo, Santos & Miranda, 2021). A evolução de pessoal nos MN visitáveis mostra, no entanto, que ainda se mantêm uma forte componente de trabalhadores sem vínculo às entidades de gestão, por contratação de serviços externos, na condição de estagiários ou de voluntários.

ÍNDICE

Índice de Quadros	5
Índice de Gráficos	6
Índice de Mapas	7
Siglas	8
Introdução	9
1. Metodologia	11
1.1. O Universo	11
1.2. O Questionário e a recolha de dados	12
1.3. Monumentos Nacionais inquiridos e visitáveis	13
1.3.1. Monumentos Nacionais inquiridos e visitáveis: estabilização da base de inquirição e de observação	15
2. Caracterização dos Monumentos Nacionais Visitáveis e Perfil dos Responsáveis	17
2.1. Caracterização	17
2.2. Regime de Abertura e Controlo de Visitantes	24
2.3. Perfil dos Responsáveis dos Monumentos Nacionais	27
3. Resultados	32
3.1. A Utilização e o Acesso Público aos Monumentos Nacionais	32
3.1.1. A recolha de dados pelos Monumentos Nacionais	32
3.1.2. Utilização do Monumento Nacional: cultural e outras	33
3.2. Os Visitantes	34
3.2.1. Dimensão dos Monumentos Nacionais segundo o número de visitantes anuais	43
3.3. Os Recursos Humanos	44
3.3.1. Pessoal ao serviço	45
3.3.2. Pessoal no quadro	50
4. Enquadramentos relativamente à abertura ao público e às alterações nas tutelas públicas	58
4.1. Informações relevantes para descrever a situação do Monumento Nacional em 2023 relativamente à abertura ao público	59
4.2. Alterações relativamente à tutela	61
Notas Finais	65
Webgrafia	67
Legislação	67
Referências	67
Anexos	69
Anexo A. Questionário	69
ANEXO B. INDICADORES DE VISITANTES DOS MN POR ANO (2017-2023)	73
ANEXO C. LISTA DE MONUMENTOS NACIONAIS QUE RESPONDERAM AO IMNP 2023	74

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Monumentos Nacionais inquiridos e visitáveis em 2022 e 2023.....	13
Quadro 2 – Universo de inquirição segundo a sua situação em 2023 (% em linha).....	15
Quadro 3 – Monumentos Nacionais observados por região (2022 e 2023)	17
Quadro 4 – Monumentos Nacionais observados por categoria arquitetónica (2022 e 2023)	20
Quadro 5 – Monumentos Nacionais visitáveis por entidade gestora (2022 e 2023)	21
Quadro 6 – Monumentos Nacionais visitáveis por entidade gestora (2022 e 2023).....	23
Quadro 7 - Período de abertura dos Monumentos Nacionais visitáveis por ano (2022 e 2023).....	26
Quadro 8 – Áreas de educação/formação no grupo das Humanidades (%).....	31
Quadro 9 – Taxas de resposta dos Monumentos Nacionais observados sobre números de visitantes nos principais indicadores (2018-2023) (N e %).....	32
Quadro 10 - Indicadores de visitantes dos Monumentos Nacionais por ano (2017-2023) (%)	37
Quadro 11 – Monumentos Nacionais por escalão de visitantes por ano (2020-2023) (%).....	44
Quadro 12 – Pessoal ao serviço por setor e entidade de gestão (2022 e 2023) (N e %).....	46
Quadro 13 – Pessoal ao serviço, por escalão de pessoal e entidade de gestão (2022 e 2023) (%) em linha por ano).....	48
Quadro 14– Evolução do peso do pessoal no quadro face ao total de pessoal por ano e por entidade de gestão (%).....	53
Quadro 15 - Escalão do pessoal no quadro por entidade de gestão e por ano (2022-2023) (%) em linha)	56
Quadro 16 – Média de pessoal ao serviço e de pessoal no quadro por escalões de visitantes (2023).....	57
Quadro 17 – Quantificações das respostas por temática: informações relevantes para descrever a situação do Monumento Nacional em 2023 relativamente à abertura ao público	59

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução dos Monumentos Nacionais inquiridos e visitáveis (2018-2023) (n)	15
Gráfico 2- Regime de abertura ao público dos Monumentos Nacionais visitáveis em 2023 (%)	25
Gráfico 3- Monumentos Nacionais por regime de abertura (2018-2023) (%)	26
Gráfico 4- Cargos dos responsáveis dos Monumentos Nacionais visitáveis (2023) (%)	27
Gráfico 5 – Evolução dos cargos dos responsáveis dos Monumentos Nacionais visitáveis (2021-2023) (%).....	28
Gráfico 6 – Escolaridade dos responsáveis dos Monumentos Nacionais visitáveis (2023) (%)..	29
Gráfico 7 – Cargo do responsável dos Monumentos Nacionais visitáveis por nível de escolaridade (% do número de casos).....	30
Gráfico 8 – Utilizações não culturais dos Monumentos Nacionais visitáveis (%).....	33
Gráfico 9 - Visitantes totais dos Monumentos Nacionais visitáveis por ano (2017-2023) (N)	34
Gráfico 10 - Evolução dos visitantes por setor da entidade de gestão (2017-2023) (%).....	38
Gráfico 11 - Visitantes por entidade de gestão dos Monumentos Nacionais visitáveis (2023) (%)	39
Gráfico 12 – Visitantes por categoria e por ano (2017-2023) (n).....	41
Gráfico 13 - Evolução dos visitantes estrangeiros nos Monumentos Nacionais visitáveis (2017-2023) (% e N)	42
Gráfico 14- Monumentos Nacionais visitáveis por escalão de visitantes por ano (2020-2023) (%)	43
Gráfico 15 - Evolução dos recursos humanos por ano (2018-2023) (N).....	45
Gráfico 16 - Evolução do pessoal ao serviço nos Monumentos Nacionais visitáveis geridos por entidades do setor público (2018-2023) (% do total de entidades do setor público)	47
Gráfico 17 - Evolução do pessoal ao serviço nos Monumentos Nacionais visitáveis geridos por entidades do setor privado (2018-2023) (% do total de entidades do setor privado).....	48
Gráfico 18 - Monumentos Nacionais visitáveis por situação de pessoal no quadro por ano (%)	51
Gráfico 19 – Monumentos Nacionais visitáveis com pessoal no quadro por setor de gestão (2022 e 2023) (%).....	52
Gráfico 20 – Monumentos Nacionais visitáveis por escalão do pessoal no quadro (2023) (%)..	53
Gráfico 21 – Monumentos Nacionais visitáveis por escalão de pessoal no quadro por ano (2021-2023) (%).....	54

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - Distribuição dos Monumentos Nacionais visitáveis por município (2023).....	18
Mapa 2 - Monumentos Nacionais visitáveis por município (escalões) (2023)	19
Mapa 3 - Monumentos Nacionais visitáveis por entidade gestora (2023)	22

SIGLAS

IMNP – Inquérito aos Monumentos Nacionais de Portugal

INE – Instituto Nacional de Estatística

MC – Ministério da Cultura

MN – Monumento Nacional

OPAC – Observatório Português das Atividades Culturais

INTRODUÇÃO

Apresentam-se os resultados relativos ao sexto Inquérito aos Monumentos Nacionais de Portugal (IMNP) que teve por objetivo a atualização de séries estatísticas para 2023 sobre a utilização e acesso público, os visitantes e os recursos humanos do património imóvel classificado na categoria de Monumento Nacional (MN) visitáveis em Portugal.

O inquérito insere-se no programa de pesquisa do Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC) iniciado em 2019 "Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público", que se propõe a contribuir para o melhor conhecimento do património cultural imóvel, em específico os MN, na perspetiva do acesso e da visita.

Por esta via procura-se ainda, tanto do ponto de vista dos resultados obtidos como da metodologia que os sustenta – quanto ao universo inquirido, que constituiu uma parte criteriosamente selecionada do património imóvel e, mais em específico, dos monumentos nacionais, e quanto ao método de inquérito - contribuir para o alargamento das estatísticas nacionais neste domínio complementando a informação que o INE vem publicando sobre o património imóvel classificado (INE, 2024).

Na primeira edição deste inquérito, realizada em 2019, observou-se um conjunto alargado de dimensões (propriedade, afetação e gestão; beneficiação; utilização; visitantes; recursos humanos e valências do MN). Feita uma primeira caracterização, que permitiu uma delimitação mais precisa do universo de trabalho, nas edições seguintes o inquérito restringiu-se às dimensões em que se registaram variações anuais relevantes, as já referidas utilização e acesso público, visitantes e recursos humanos.

Nas edições de 2020 e 2021 incluiu-se ainda um módulo sobre os impactos da pandemia Covid-19 nas atividades dos MN (Neves, Macedo, Lima, Santos & Miranda, 2020; Neves, Macedo, Santos & Miranda, 2021) e, na da 2021, uma questão sobre os MN Património Mundial da UNESCO (Neves, Macedo & Santos, 2023).

Nesta sexta edição retomam-se as dimensões utilização e acesso público, visitantes e recursos humanos e inclui-se uma dimensão de análise quanto ao enquadramento do monumento relativamente à abertura ao público e às alterações nas tutelas públicas. Quanto ao universo observado, o alargamento efetivado na edição de 2023 manteve-se na presente edição em resultado do aumento dos bens nesta categoria, com novas classificações e aumento de MN abertos para visita em 2023, situação identificada e acompanhada no âmbito das pesquisas exploratórias realizadas no decurso da

atualização da base de dados de gestão da aplicação. Este alargamento do conjunto corrobora o que já foi identificado em publicações anteriores do IMNP e que dá conta do dinamismo do conjunto dos sítios patrimoniais visitáveis nesta categoria de classificação.

Os resultados são apresentados e analisados seguindo as dimensões que foram objeto de atualização e privilegia-se a utilização da série dos visitantes resultante de todas as edições do inquérito já realizadas (2017-2023).

O estudo decorre num momento em que se verificam os primeiros impactos decorrentes da alteração da estrutura pública administrativa do património cultural (2023)², muito embora em termos de resultados, estes ainda não se façam sentir no período ao qual os dados correspondem (2023 como tem sido referido). Todavia, procurou-se na presente edição preparar as próximas edições, refletindo já as alterações que foram observadas sobretudo ao nível das tutelas.

Também a alteração na configuração das NUTS II e III referentes a Portugal continental pelo Regulamento Delegado (UE) 2023/674 da Comissão Europeia, ainda não tem reflexo nos dados recolhidos, sendo uma situação que será objeto de análise mais aprofundada na aplicação que se iniciará em 2025³.

A finalizar esta introdução importa ainda destacar a forte adesão que o estudo tem gerado entre as tutelas e os responsáveis pelos MN inquiridos, o que tem possibilitado uma cobertura assinalável do universo, cobertura que, aliás, como se referiu atrás, se vem alargando, e cuja inestimável colaboração muito se agradece. A lista dos MN que responderam ao IMNP consta do Anexo C.

² Extinção da Direção-Geral do Património Cultural e criação do Património Cultural, I.P. (Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro) e da Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. (Decreto-Lei n.º 79/2023, de 4 de setembro), que vêm substituir a primeira na suas competências e atribuições. Assinala-se também a extinção das Direções Regionais de Cultura com competências integradas nas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio) e com transferências de competências para os municípios (Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 4/2022, de 4 de janeiro).

³ As alterações nas NUTS II, que serão refletidas, retrospectivamente, na próxima edição do IMNP são: Criação de nova NUTS II "Grande Lisboa", com os municípios a norte do Tejo da "Área Metropolitana de Lisboa"; Criação de nova NUTS II "Península de Setúbal", com os municípios a sul do Tejo da "Área Metropolitana de Lisboa; Criação da nova NUTS II "Oeste e Vale do Tejo", com os municípios das NUTS III "Oeste", "Lezíria do Tejo" e "Médio Tejo"; Alteração dos limites das NUTS II "Centro" e "Alentejo" pela saída dos municípios das NUTS III "Oeste" e "Médio Tejo" da primeira e da "Lezíria do Tejo" da segunda (Regulamento Delegado (UE) 2023/674 da Comissão Europeia).

1. METODOLOGIA

A metodologia do estudo é quantitativa, de inquérito por questionário, enviado por e-mail com o respetivo link de acesso e outras informações sobre o estudo para o responsável pelo MN – depois de devidamente informada a respetiva entidade de tutela, quando aplicável – autoadministrado, com preenchimento numa plataforma *online* (Qualtrics). A periodicidade da recolha e da divulgação de resultados é anual. Os resultados podem ser atualizados retrospectivamente com a inclusão de novos registos (MN que não responderam nas edições anteriores ou que, entretanto, foram classificados e cumprem os critérios do estudo) e de novos dados (por não resposta ou revisão das respostas posteriormente à submissão do questionário). Deste modo, o universo inquirido em cada edição é variável.

1.1. O UNIVERSO

O estudo tem uma ancoragem institucional, centra-se nos bens classificados como Monumento Nacional (categoria de proteção da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro), abertos ao público. Abrange o território nacional, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Quantitativamente, o universo do inquérito é constituído em 2023 por 337 MN. O processo de constituição deste universo ([Neves, Macedo, Santos & Miranda, 2021](#)), tem em conta que este conjunto é heterogéneo e dinâmico, pelo que é objeto de revisão crítica anual quanto à adequação aos critérios – desde logo com base nas respostas recebidas nos inquéritos anteriores – e pela classificação de novos monumentos, o que pode implicar flutuação anual do número de registos em análise.

Tendo em conta esta dinâmica, no inquérito do ano anterior havia-se procedido a um alargamento substancial do universo de inquirição devido à classificação ou reclassificação dos monumentos, ou pela situação de se encontrarem visitáveis (reabertura após encerramento, novas aberturas, ou validação da informação recolhida em fase exploratória de pesquisa). Na aplicação decorrida em 2024, foram tidos em conta os mesmos critérios para a definição do universo de inquirição.

1.2. O QUESTIONÁRIO E A RECOLHA DE DADOS

O questionário relativo ao ano de 2023 manteve um modelo simplificado de recolha de informação, aplicado já no ano anterior, organizado em apenas um bloco (ver Anexo A).

Este bloco incluiu as questões que estiveram na origem do estudo, visando a sua atualização e incidiu sobre: a situação do MN quanto a visitas; o regime de abertura; o controlo de visitantes; o número total de visitantes; o número destes por segmento - modalidade de entrada (gratuita), por nacionalidade (estrangeiro), por grupos escolares e em visitas orientadas - com alterações em algumas questões que visaram introduzir maior clareza nas noções e nas respostas obtidas; e sobre os recursos humanos. No grupo de questões sobre a utilização, inquiriu-se quanto à possibilidade do MN receber visitas e ainda quanto a utilização com fins não culturais. Tendo em conta as alterações na estrutura pública administrativa do património cultural implementadas no início do ano de 2024, o questionário incluiu ainda um bloco de perguntas de resposta aberta, que procurava obter informações sobre o enquadramento do MN relativamente à abertura ao público no quadro das alterações decorridas nas tutelas, e especificamente no caso dos MN de tutela pública, informações relativamente ao acesso aos dados (maior facilidade/ou dificuldade de acesso), mudança de responsável, mudança de entidade de gestão, entre outros aspetos. Os resultados referentes às respostas a estas perguntas são agora apresentados.

O texto de abertura do questionário enquadrava o estudo e disponibilizava um endereço de *email* para contacto com a equipa para a colocação de alguma questão ou esclarecimento de dúvidas.

A aplicação do questionário foi precedida de uma primeira informação, via *email*, às entidades com três ou mais MN sob a sua gestão, informando do início da aplicação de modo a sensibilizar os responsáveis para a indispensável colaboração.

O trabalho de campo foi iniciado a 06 de maio de 2024 com o envio por *email* do acesso ao questionário através de um *link* individualizado dirigido a cada responsável dos MN que constituem o universo. Neste *email* pedia-se que o preenchimento fosse concluído até ao dia 21 de junho de 2024, data-limite para a aplicação do inquérito.

Durante este período, foram realizadas duas insistências: a primeira em 28 de maio e a segunda em 19 de junho. Na data-limite inicialmente prevista foram submetidas 208 respostas.

Para maximizar a participação no estudo, definiram-se ainda ações complementares que passaram por contactos telefónicos aos MN 1) que haviam iniciado o preenchimento do

questionário, mas ainda não o tinham submetido; e 2) dos MN que haviam preenchido e submetido o questionário no ano anterior, mas ainda não tinham iniciado o preenchimento da edição em causa. O prolongamento do prazo e resposta foi outra das ações complementares postas em prática no sentido de permitir o maior número de respostas e, a 7 de julho de 2024, foi enviado por *email* um lembrete final, a anunciar o fecho da aplicação, com uma nova data final, 15 de julho. A aplicação foi encerrada a 31 de julho de 2024, apesar de ainda terem sido submetidas algumas respostas que haviam sido iniciadas, mas não concluídas, no mês de agosto.

Tal como tem sido verificado nas edições de anos anteriores, o período de aplicação do inquérito foi de uma longa duração, justificada pelos atrasos verificados na receção das respostas, pela dificuldade no estabelecimento das comunicações com os serviços de muitos dos MN e do apuramento por parte destes dos dados solicitados. A isto acresce um maior número de monumentos inquiridos.

1.3. MONUMENTOS NACIONAIS INQUIRIDOS E VISITÁVEIS

Do processo de aplicação atrás descrito resultou um total de 258 respostas (ver listagem nominal no Anexo C) o que corresponde a uma taxa de resposta de 76,6%, valor superior ao verificado no ano anterior 73,0% (quadro 1).

Quadro 1 - Monumentos Nacionais inquiridos e visitáveis em 2022 e 2023

Situação	2022		2023	
	N	%	N	%
Inquiridos	345		337	
Responderam	252	73,0	258	76,6
<i>Dos quais:</i>				
<i>Encerrados ao público</i>	19	7,5	13	5,0
<i>Não visitáveis</i>	8	3,2	4	1,6
Visitáveis (base de análise)	225	89,3	241	93,4

Fonte: OPAC, IMNP.

Na fase de validação das respostas, foram excluídos 13 MN que informaram estar encerrados ao público durante todo o ano – obras de reabilitação, conservação e restauro ou falta de disponibilidade financeira para assegurar a sua abertura, nomeadamente a falta de verba para recursos humanos. Foram ainda excluídos quatro MN que referiram não

serem visitáveis no ano em inquirição, por estarem a ser usados para outros serviços, que não culturais.

Deste modo, a amostra em análise para o ano de 2023 é de 241 MN visitáveis. Este número corresponde a 93,4% das respostas obtidas. Na comparação com o ano 2022, constata-se que em termos de valores absolutos se verifica um aumento de MN visitáveis (mais 16 na base de análise) e o mesmo se verifica em termos relativos, apresentando um aumento face ao registado no ano anterior (mais quatro pontos percentuais)⁴, resultado da revisão contínua e anual da base de constituição deste universo. Estes valores, que se aproximam do verificado em anos anteriores, indicam que uma elevada parte dos MN está em condições de ser visitável e observa-se uma estabilização do universo em estudo.

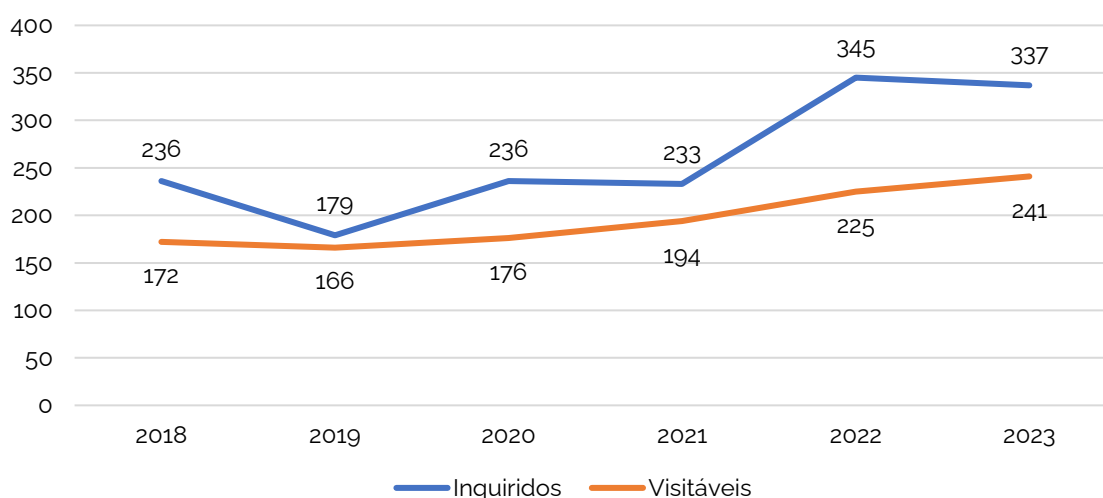
Ainda de acordo com o quadro 1, salientam-se algumas notas de comparação com o ano anterior e que dão conta da estabilização do universo de inquirição (menos oito monumentos que no ano de 2023); salienta-se também a diminuição de MN encerrados ao público (13 em 2023 em relação aos 19 de 2022) e ainda dos MN não visitáveis (4 contra os 8 do ano anterior).

Ainda no que diz respeito ao universo dos MN inquiridos, destaca-se a evolução positiva no período entre 2018 e 2023, apesar das quebras que se verificam nos anos 2019 e 2021 (gráfico 1). Quanto aos MN visitáveis, verifica-se um aumento de respostas em 2023 face a 2022, numa tendência de crescimento desde o início de aplicação do IMNP. Nos visitáveis, verifica-se que os valores mais elevados se registam no último ano da série, o que pode ser explicado pelo aumento da base de inquirição.

Acrescente-se ainda que os valores referentes a 2023 refletem os MN que integram o conjunto histórico-cultural classificado como Património Mundial *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* – que responderam à presente edição do questionário, e tido em conta na análise dos resultados.

⁴ Para todos os resultados as bases em análise referem-se aos casos válidos, excluindo as não respostas.

Gráfico 1- Evolução dos Monumentos Nacionais inquiridos e visitáveis (2018-2023) (n)



Fonte: OPAC, IMNP.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

1.3.1. Estabilização da base de inquirição e de observação

A base de inquirição aumentou em 2023 face a 2022, pelas razões identificadas acima. Os MN integrados pela primeira vez na aplicação atual representam 19,6% do total dos inquiridos, enquanto os MN inquiridos em edições anteriores do IMNP (que aqui se denominam de universo de continuidade) representam 80,4% (quadro 2).

Quadro 2 – Universo de inquirição segundo a sua situação em 2023 (% em linha)

Situação	Continuidade	Novos (em 2023)	Total (N)
Inquiridos	80,4	19,6	337
Responderam	90,7	9,3	258
<i>Dos quais:</i>			
<i>Encerrados ao público</i>	<i>100,0</i>	<i>0,0</i>	<i>13</i>
<i>Não visitáveis</i>	<i>50,0</i>	<i>50,0</i>	<i>4</i>
Visitáveis (base de análise)	90,9	9,1	241

Fonte: OPAC, IMNP.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

Esta situação de relativa estabilização e consistência do universo de inquirição do IMNP também se verifica nas respostas obtidas (258), com uma representatividade menor dos MN que responderam pela primeira vez em 2023 (9,3%) face ao universo de continuidade (90,7%), o que demonstra a relevância do acompanhamento da dinâmica que assiste nos processos de abertura ao público dos MN.

O mesmo se passa em relação aos MN da base de análise (MN visitáveis) em que se mantém a relevância percentual dos MN do universo de continuidade relativamente aos novos MN inquiridos (90,9% contra 9,1%).

2. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, REGIME DE ABERTURA E PERFIL DOS RESPONSÁVEIS

Procede-se agora à caracterização dos MN visitáveis segundo a sua distribuição territorial – região e município - a categoria arquitetónica e a entidade de gestão. Traça-se também o regime de abertura e o perfil dos responsáveis.

2.1. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, CATEGORIA ARQUITETÓNICA E ENTIDADE GESTORA

No caso da distribuição geográfica, os MN visitáveis localizam-se todo o território nacional (quadro 3), e em todas as regiões há MN visitáveis. Na região Norte verifica-se uma maior incidência dos MN visitáveis (quatro em cada dez MN), situação que se mantém do ano anterior, embora com um decréscimo percentual (-1,5 pontos percentuais). Nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores observa-se uma fraca incidência de MN visitáveis (já verificada nas anteriores edições do IMNP), e nos Açores foi possível obter resposta por parte do único MN existente na região (Forte de Santa Cruz, Horta); por outro lado, na Região Autónoma da Madeira, observou-se um decréscimo de MN visitáveis (de 1,8% em 2022 para 1,2% em 2023, o que, em número absoluto significa passar de quatro respostas para três, respetivamente). A região Centro é a que registou uma maior subida de MN visitáveis face ao ano anterior (de 22,2% para 24,9%), e também se verificou um aumento na região do Algarve (de 2,7% para 3,7%). Em todas as restantes regiões do território continental verificou-se uma descida percentual de MN visitáveis, embora pouco expressiva.

Quadro 3 – Monumentos Nacionais observados por região (2022 e 2023)

Região	2022		2023	
	N	%	N	%
MN visitáveis	225		241	
Norte	92	40,9	95	39,4
Centro	50	22,2	60	24,9
AML	27	12,0	26	10,8
Alentejo	46	20,4	47	19,5
Algarve	6	2,7	9	3,7
Açores	0	0,0	1	0,4
Madeira	4	1,8	3	1,2

Fonte: OPAC, IMNP.

Em termos de distribuição municipal, em 2023 o número total de municípios com MN visitáveis é 115, o que significa 37,3% dos municípios do país (mapa 1). O número total de municípios com MN visitáveis baixou em relação ao observado para 2022 com menos dois municípios (117 em 2022 e 115 em 2023).

Mapa 1 - Distribuição dos Monumentos Nacionais visitáveis por município (2023)



Fonte: OPAC, IMNP.

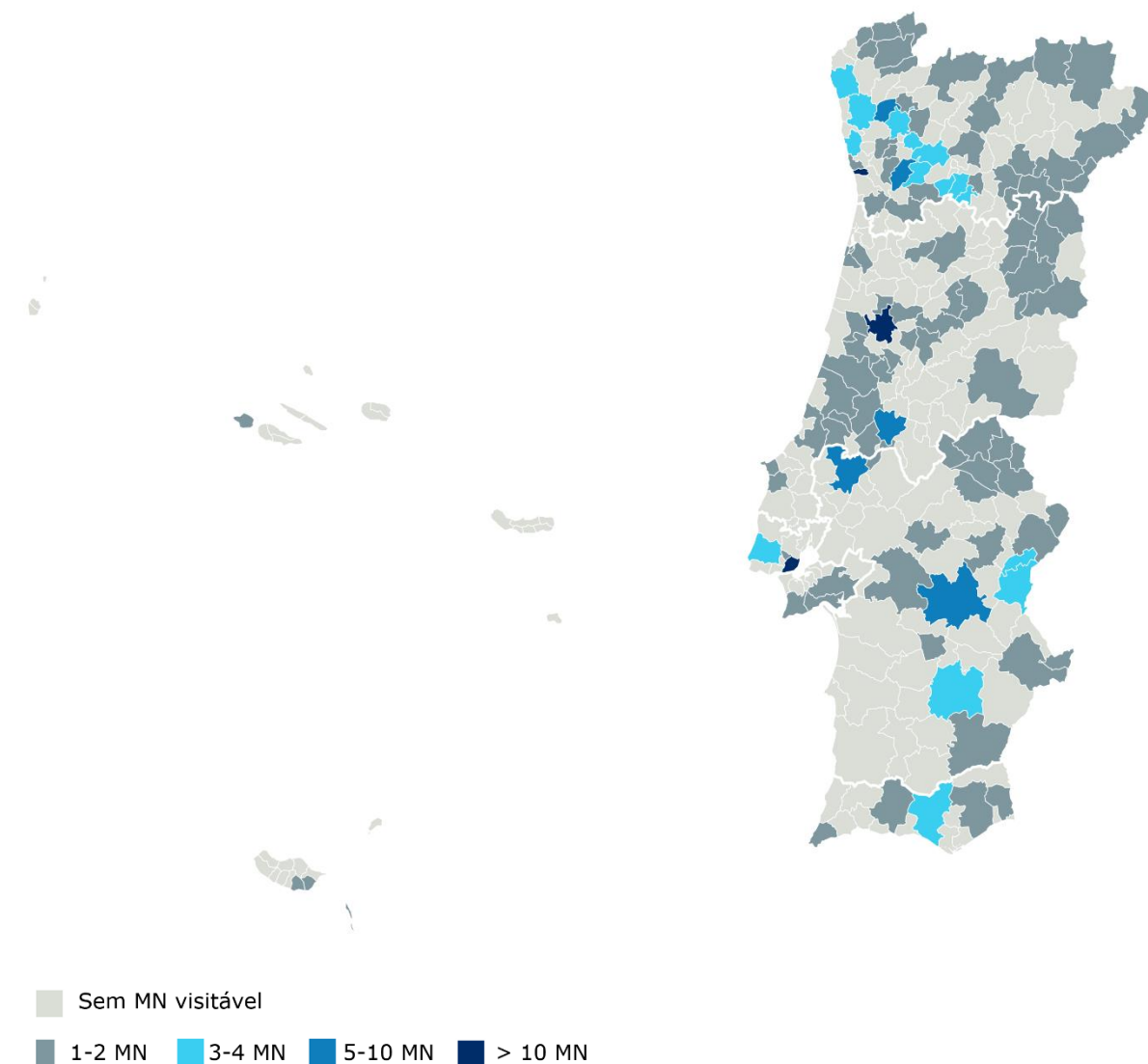
Base: 241 MN visitáveis em 115 municípios.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

Dentro do conjunto dos municípios com MN visitáveis, a maioria tem apenas um ou dois (92 municípios), prevalecendo os municípios com um MN visitável (66). A existência de municípios com entre 3 a 4 MN é menos frequente (13,0%), tendo sido registado um pequeno decréscimo relativamente ao ano anterior (13,7% em 2022). A existência de entre 5 a 10 MN apenas se verifica nos municípios de Braga, Évora, Penafiel, Santarém e Tomar (em 2022 haviam sido Penafiel, Évora, Coimbra, Santarém e Porto), destacando-se as

capitais de distrito. Nos municípios de Coimbra⁵ e Porto, em 2023, observa-se um aumento de MN visitáveis (14 e 12 respetivamente), e que se juntam a Lisboa (18) como municípios com mais de 10 MN visitáveis (mapa 2).

Mapa 2 - Monumentos Nacionais visitáveis por município (escalões) (2023)



Fonte: OPAC, IMNP.

Base: 241 MN visitáveis localizados em 115 concelhos.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

Quanto à categoria arquitetónica, os MN visitáveis correspondem maioritariamente a edifícios religiosos (58,9%), a que se seguem os de arquitetura militar (27,0%). Estas duas categorias representam em conjunto cerca de nove em cada dez monumentos. Num

⁵ No caso de Coimbra terão contribuído as repostas por parte do conjunto da Universidade de Coimbra - Alta e Sofia.

patamar muito inferior situam-se os de arquitetura civil (10,0%) e mista (0,8%). Relativamente a 2022, constata-se uma ligeira subida dos MN de arquitetura civil (1,6 pontos percentuais) e as restantes categorias apresentam decréscimos. Na análise por tipologia arquitetónica dos MN visitáveis, o aumento de edifícios englobados na categoria de arquitetura civil, decorre do alargamento do universo de inquirição efetuado no ano anterior (quadro 4).

Quadro 4 – Monumentos Nacionais observados por categoria arquitetónica (2022 e 2023)

Categoria arquitetónica	2022		2023	
	N	%	N	%
MN visitáveis	225		241	
Religiosa	135	60,0	142	58,9
Militar	63	28,0	65	27,0
Civil	19	8,4	24	10,0
Mista	2	0,9	2	0,8
Não definida	6	2,7	8	3,3

Fonte: OPAC, IMNP

Nota: Definições de categoria arquitetónica em INE "conceitos para fins estatísticos" (2024, pp. 123 e ss.).



Relativamente à entidade de gestão, observa-se uma divisão relativamente equitativa da gestão dos MN entre entidades do setor privado e o setor público, responsáveis por 49,8% e 46,5% respetivamente no ano de 2023, sendo que os restantes 3,7% referem-se a MN com gestão mista.

Quando desagregado por entidade gestora (quadro 5), observa-se que no setor público, são os municípios que se responsabilizam pela gestão de uma grande parte dos MN (32,4%) mantendo uma subida verificada desde 2019 (ano em foram responsáveis pela gestão de 24,1% dos MN inquiridos); por outro lado, o MC tem vindo a ser responsável por uma percentagem cada vez menor de MN visitáveis (12,0% em 2023 contra 14,7% em 2022), tendência que se observa desde 2019 (24,7%). O aumento dos municípios enquanto entidade gestora explica-se, em parte, pelos mecanismos de transferência de competências que se tem vindo a verificar, sobretudo da administração central para a administração local.

Quadro 5 – Monumentos Nacionais visitáveis por entidade gestora (2022 e 2023)

Entidade gestora	2022		2023	
	N	%	N	%
MN visitáveis	225		241	
Ministério da Cultura	33	14,7	29	12,0
Municípios	67	29,8	78	32,4
Outras públicas	8	3,6	13	5,4
Igreja Católica	82	36,4	84	34,9
Outras privadas	26	11,6	28	11,6
Mista	9	4,0	9	3,7

Fonte: OPAC, IMNP.

OPAC Observatório
Português dos
Atividades Culturais

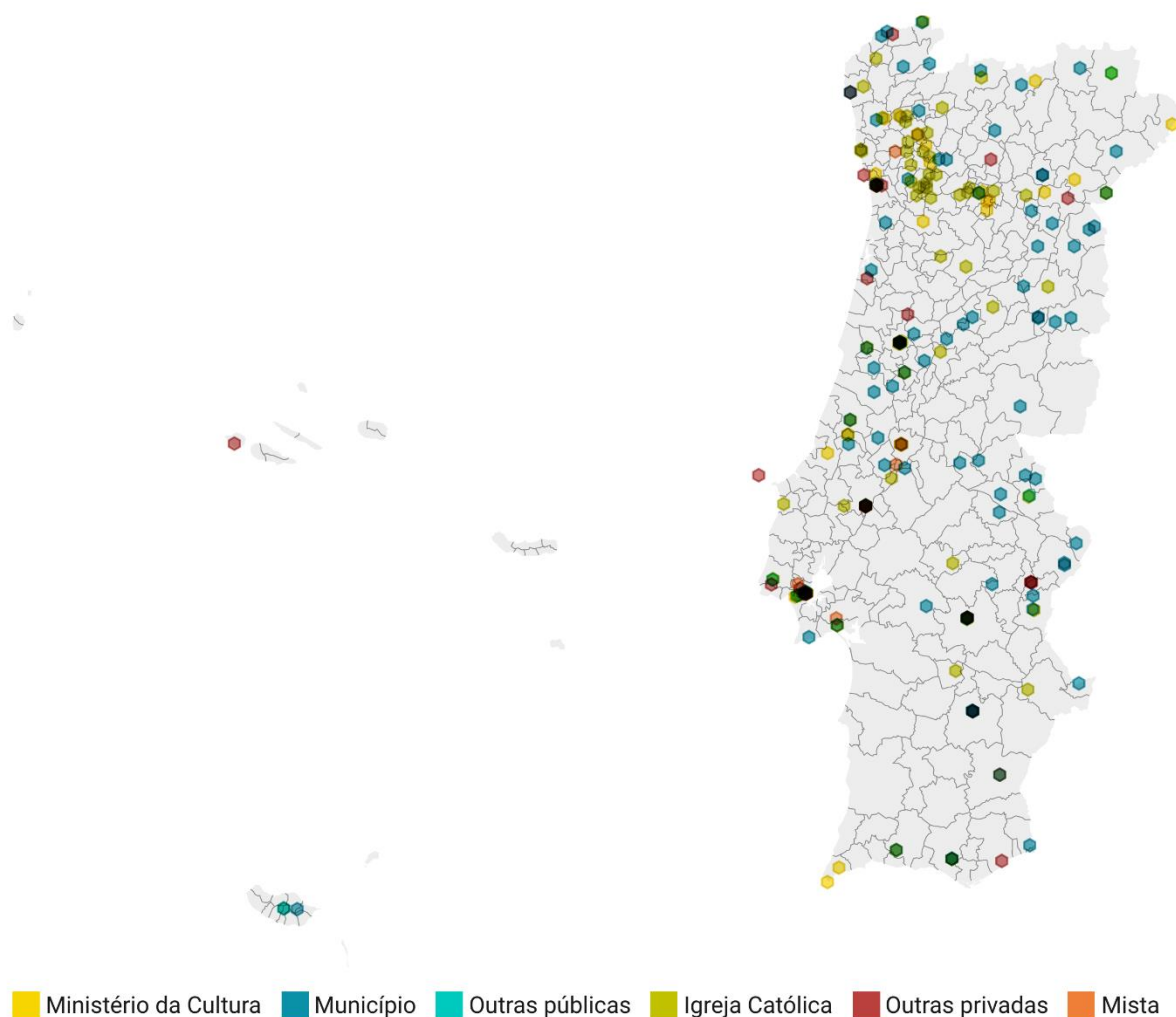
O setor privado gere 46,5% dos MN visitáveis, percentagem que decresceu em relação a 2022 quando este valor era de 48%. Destaca-se a Igreja Católica que tem a seu cargo a gestão de 34,9% dos MN; individualmente é também a entidade que mais monumentos gere. Com menor incidência, os MN sob gestão mista, situam-se, em 2023, em 3,7%.

No geral, o panorama observado em 2023 é muito semelhante com o existente nos anos anteriores. As oscilações identificadas permitem reconhecer uma manutenção do número de MN visitáveis geridos por entidades privadas, em que a Igreja Católica continua a ser a mais relevante, mas fazendo entrar outras entidades privadas. Também se observa uma diminuição de MN geridos pelo MC, situação que se verifica desde o início da aplicação do IMNP (em 2019 correspondia a 24,7%). No ano de 2023 continua a observar-se a subida de outras entidades públicas (quase três pontos percentuais em relação ao ano anterior), sobretudo de outros ministérios e organismos do Estado Central que não a Cultura e ainda fazendo-se refletir a alta taxa de resposta, em 2024, da Universidade de Coimbra, responsável pela gestão de um conjunto significativo de MN. Apesar de um pequeno decréscimo em 2023 nas entidades de gestão mista, esta mantém uma tendência de crescimento desde o início da aplicação, pelo que a evolução deste modelo de gestão continuará a ser analisado no âmbito do IMNP.

Do ponto de vista territorial verifica-se que no Norte o setor privado (sobretudo a Igreja Católica), é responsável pela gestão de mais metade dos MN visitáveis aí localizados (mapa 3 e quadro 6). Na maioria dos municípios com monumentos visitáveis nesta região, prevalece apenas uma entidade de gestão, mas também há municípios onde coexistem duas ou três entidades distintas, sendo que num (Porto), os MN visitáveis são geridos por quatro entidades diferentes. Nesta região apenas a Igreja Católica gere mais do que quatro MN (o que acontece nos municípios de Marco de Canavezes, Penafiel e Porto), sendo que

a maioria das outras entidades é responsável por 1 a 2 monumentos nacionais. Repare-se ainda na elevada concentração nesta região de MN geridos pela Igreja Católica que o mapa 3 permite evidenciar.

Mapa 3 - Monumentos Nacionais visitáveis por entidade gestora (2023)



Fonte: OPAC, IMNP.

Base: 241 MN visitáveis localizados em 115 concelhos.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

Quadro 6 – Monumentos Nacionais visitáveis por sector e por entidade gestora (2023) (%)

Entidade gestora	Público			Privado		Mista	MN visitáveis (N)
	Ministério da Cultura	Município	Outras públicas	Igreja Católica	Outras privadas		
Norte	20,0	23,2	2,1	44,2	9,5	1,1	95
Centro	8,3	46,7	5,0	28,3	6,7	5,0	60
AML	11,5	11,5	15,4	30,8	19,2	11,5	26
Alentejo	0,0	42,6	4,3	31,9	17,0	4,3	47
Algarve	22,2	44,4	-	22,2	11,1	-	9
Açores	-	-	-	-	100,0	-	1
Madeira		33,3	66,7	-	-	-	3

Fonte: OPAC, IMNP.

OPAC Observatório Português das Atividades Culturais

No Centro são os municípios que prevalecem, sendo responsáveis por praticamente metade dos MN visitáveis, sendo aliás a região onde esta situação é mais notória. Nesta região encontra-se um município (Coimbra) onde coexistem seis entidades distintas a gerir MN visitáveis. A Igreja Católica é de novo a entidade que tem a seu cargo o maior número de MN, precisamente naquele mesmo município (sete MN). As restantes entidades possuem entre 1 a 2 monumentos.

Na AML destacam-se as entidades do setor privado na gestão dos e, dentro daquelas, a Igreja Católica. Nesta região, a participação de outras entidades, quer públicas, quer privadas, poderá ser explicada pelo seu dinamismo, sobretudo no que concerne aos movimentos turísticos, sendo os concelhos de Lisboa e Sintra onde se verifica um maior impacto destas outras entidades. Na AML verifica-se a existência, também no concelho de Lisboa, de todos os tipos de entidades de gestão identificados no IMNP. Nesta região, a Igreja Católica tem a seu cargo a responsabilidade de seis MN, Outras entidades privadas por quatro e o Ministério da Cultura por três.

No caso do Alentejo, é o setor privado que apresenta o maior peso na gestão de MN, mas o setor público, em particular os municípios, têm também um peso significativo. Nesta região há, no máximo, quatro entidades gestoras diferentes (observável nos municípios de Évora e Santarém), sendo que na maioria dos restantes municípios da região se observa apenas a existência de uma entidade de gestão. No caso dos MN visitáveis verificamos que as entidades públicas gerem apenas um espaço, e as entidades do setor privado têm à sua responsabilidade 3 a 4 MN (o que acontece em Vila Viçosa) e 5 a 10 MN (em Santarém e Évora).

No Algarve, observa-se a presença de quatro entidades: duas do setor público e duas do sector privado. Apenas convivem duas entidades diferentes nos municípios de Silves e Loulé.

Nas regiões autónomas, verifica-se a existência de uma outra entidade privada na dos Açores e duas entidades do setor público (município e outras públicas) no da Madeira.

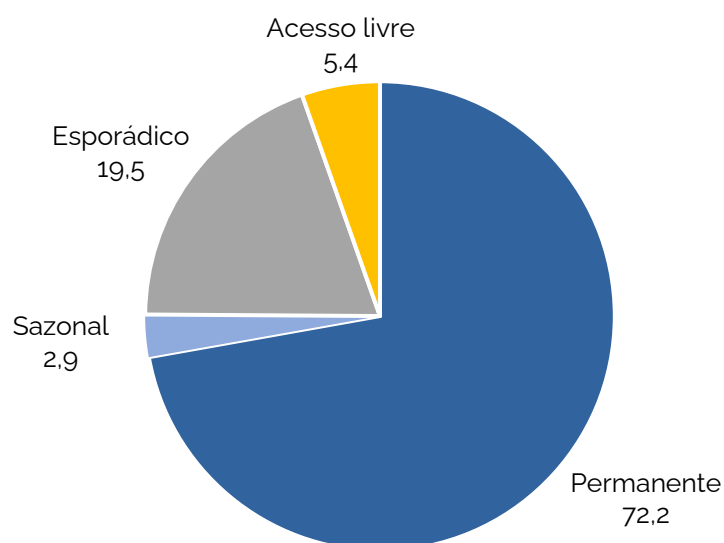
2.2. REGIME DE ABERTURA E CONTROLO DE VISITANTES

O regime de abertura ao público e a existência de controlo de visitantes constituem aspetos de base para enquadrar os dados dos visitantes⁶. A possibilidade de acesso aos MN para visita é uma condição de partida do IMNP. Mas esse acesso é condicionado pelas opções consideradas viáveis e mais adequadas pelas respetivas organizações de gestão, de acordo com um determinado regime de abertura ao público.

Os MN visitáveis adotam, essencialmente, um regime permanente de abertura (72,2%) (gráfico 2).

⁶ Por visitante compreende-se a entrada para visita ao espaço do MN (incluindo núcleo museológico ou centro interpretativo), utilização de serviços disponíveis (biblioteca, centro de documentação, entre outros) e/ou frequência de atividades (concertos, conferências, entre outros). Excluem-se as entradas para os serviços específicos do restaurante, bar/cafetaria, loja e outros equipamentos, quando independentes, assim como as visitas virtuais (do sítio na Internet e redes sociais *online*).

Gráfico 2- Regime de abertura ao público dos Monumentos Nacionais visitáveis em 2023 (%)



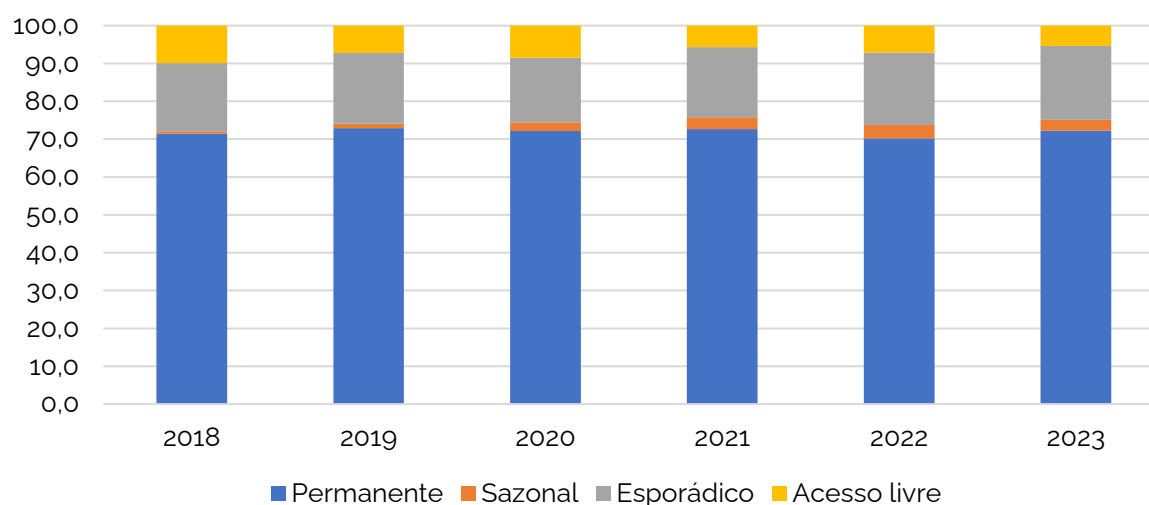
Fonte: OPAC, IMNP.
Base: 241.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

O regime de abertura esporádica (mais delimitado no tempo, pontual, e menos previsível), representa 19,5% dos MN inquiridos e, embora sendo o segundo regime mais observado, encontra-se a uma grande distância do regime permanente. As duas outras modalidades registam valores muito baixos, o regime de acesso livre (portanto sem qualquer condicionamento determinado pela entidade de gestão) com 5,4% e o sazonal (em determinados períodos, limitados, do ano) 2,9%.

Esta opção preferencial por regimes de abertura permanente tem sido observada ao longo dos vários anos de aplicação do IMNP; por outro lado, o regime de acesso livre tem conhecido maiores oscilações ao longo do período observado (gráfico 3), e que se explica parcialmente pela pandemia de 2020 e 2021.

Gráfico 3- Monumentos Nacionais por regime de abertura (2018-2023) (%)



Fonte: OPAC, IMNP.

OPAC Observatório Português das Atividades Culturais

Relativamente ao já observado em anteriores levadas do estudo (Neves, Macedo, Santos & Miranda, 2020a; 2020b; 2021; Neves, Macedo & Santos, 2023; 2025), no período em que estiveram abertos ao longo do ano de 2023, medido em meses, o que se constata é que a grande maioria (75,3%) dos MN visitáveis estiveram abertos pelo menos 10 meses, embora com algum decréscimo relativamente ao ano anterior (quadro 7). Em linha com as respostas obtidas quanto ao regime (embora as categorias do regime e do tempo de abertura não coincidam exatamente), os MN com abertura ao público menos tempo são muito poucos e têm vindo a diminuir. Em 2023 apenas se denota o aumento dos MN visitáveis entre 6 a 9 meses, face ao ano anterior (8,0% em 2022 e 14,6% em 2023).

Quadro 7 - Período de abertura dos Monumentos Nacionais visitáveis por ano (2022 e 2023)

Período de abertura	2022		2023	
	N	%	N	%
Até 1 mês	5	2,8	2	1,1
Entre 2 e 5 meses	18	10,2	16	9,0
Entre 6 e 9 meses	14	8,0	26	14,6
Sempre aberto (10 meses)	139	79,0	134	75,3
Total	176	100,0	178	100,0

Fonte: OPAC, IMNP.

Nota: excluem-se as não respostas.

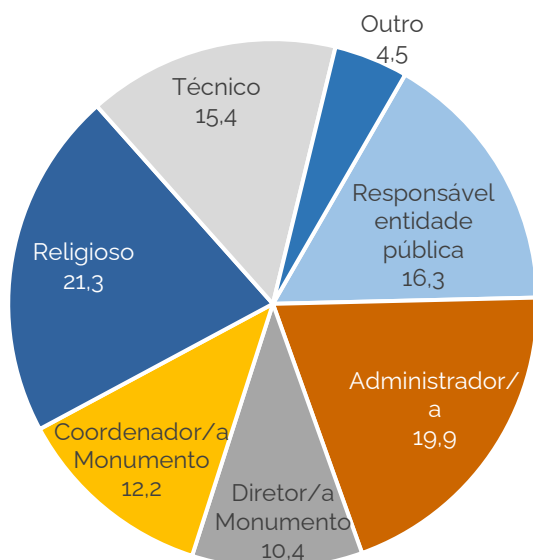
OPAC Observatório Português das Atividades Culturais

Na comparação com os anos anteriores, verifica-se uma redução contínua dos MN abertos até ao equivalente, em número de dias, a um mês que são residuais em 2023 (1,1%) terminadas as medidas de minimização de impactos decorrentes da pandemia Covid-19. Quanto aos MN que indicam estarem abertos apenas num período entre os 2-5 meses tem-se mantido constante, abaixo dos 10%, apenas com algumas oscilações.

2.3. PERFIL DOS RESPONSÁVEIS DOS MONUMENTOS NACIONAIS

No que diz respeito aos responsáveis dos MN visitáveis, importa notar que escasseiam normas legais ou regulatórias quanto aos cargos e funções, que são muito diversos. Assim, de acordo com as respostas obtidas à pergunta aberta sobre o cargo, e respetiva categorização *a posteriori* (gráfico 4) observa-se em 2023 que os responsáveis religiosos correspondem a 21,3%, que 16,3% são responsáveis de entidades públicas, dentro dos quais se destacam os cargos de chefias intermédias municipais e de presidentes de câmaras ou empresas municipais, assim como diretores regionais de cultura. Saliente-se ainda os cargos de administrador/a (19,9%) e o de técnico (15,4%) e ainda de coordenador/a (12,2%). Com menor expressão encontram-se o cargo de diretor (10,4%).

Gráfico 4- Cargos dos responsáveis dos Monumentos Nacionais visitáveis (2023) (%)



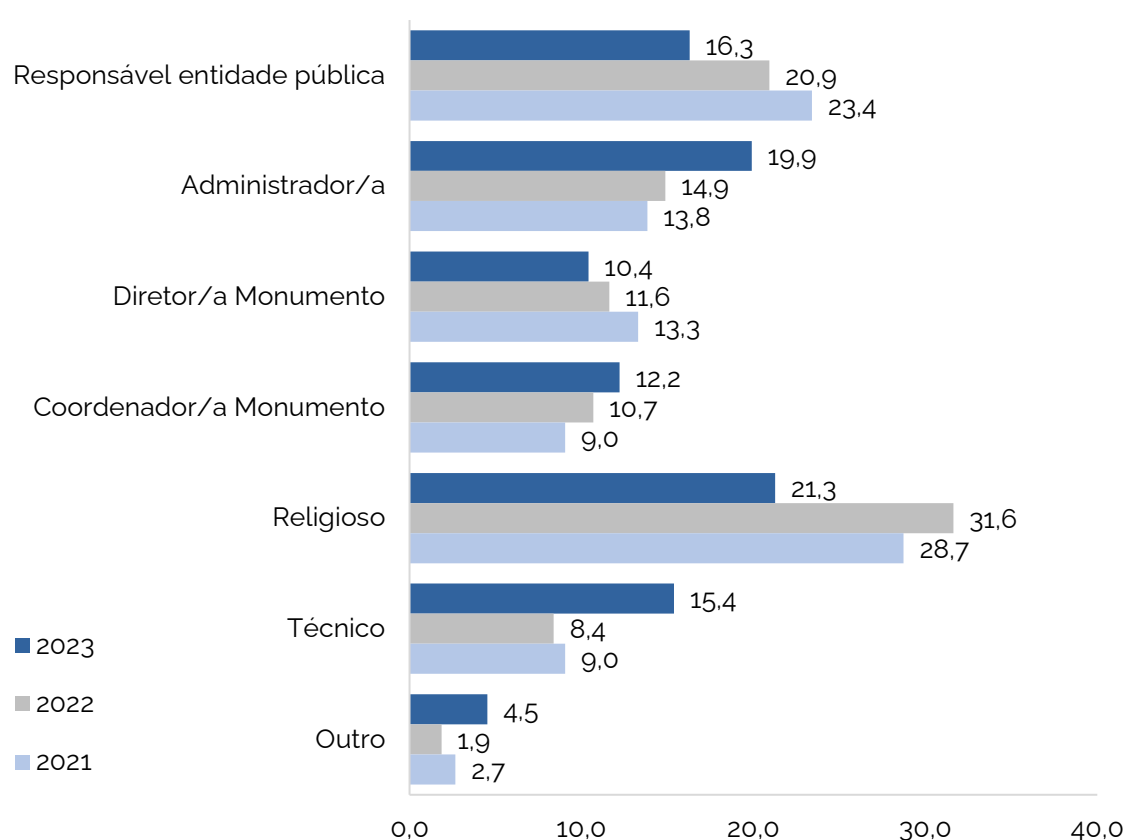
Fonte: OPAC, IMNP.

Base: 221 resposta válidas. Excluem-se as não respostas.

Nota: Cargos decorrem de categorização de pergunta de resposta aberta,

Regista-se a subida, em 2023 face a 2022, dos cargos de administrador/a (mais cinco pontos percentuais), e o de coordenador/a (mais dois pontos percentuais); a subida mais expressiva observa-se no cargo de técnico (mais sete pontos percentuais). Por outro lado, observa-se a descida muito significativa do cargo religioso (cerca de dez pontos percentuais face a 2022) e ainda de responsável de entidade pública (menos cinco pontos percentuais face ao ano anterior) e com menor expressão o de cargo de diretor/a (gráfico 5).

Gráfico 5 – Evolução dos cargos dos responsáveis dos Monumentos Nacionais visitáveis (2021-2023) (%)



Fonte: OPAC, IMNP.

Base: 221 para o ano de 2023, 215 para o ano de 2022 e 188 para o ano de 2021.

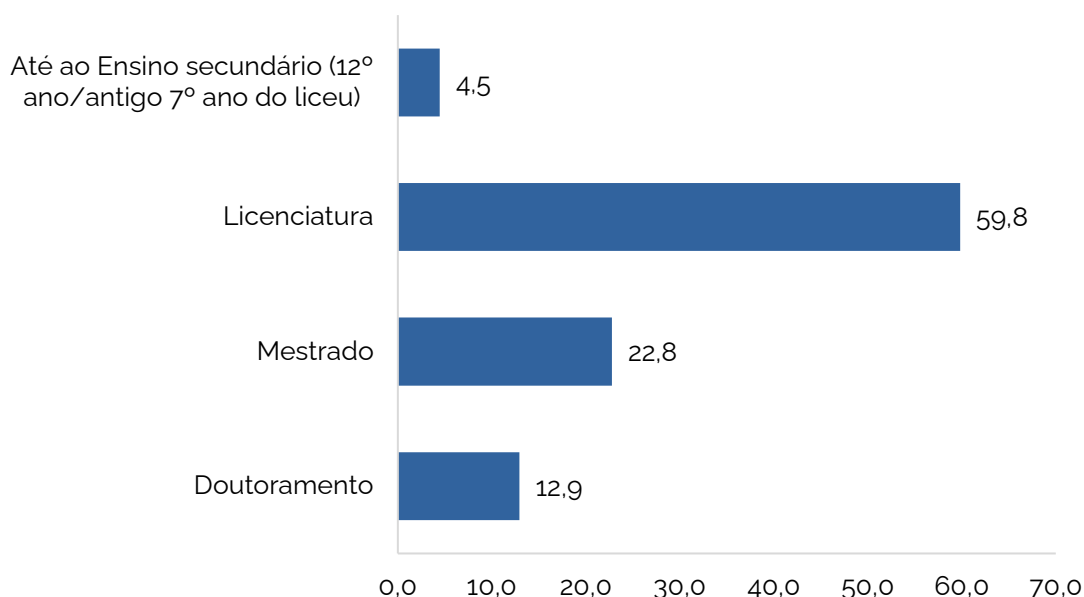
Nota: Cargos decorrem de categorização de pergunta de resposta aberta.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

Numa outra vertente, observa-se ainda que os responsáveis pelos MN visitáveis mantêm um perfil altamente qualificado do ponto de vista da formação académica (gráfico 6). Uma maioria muito expressiva dos responsáveis possui formação superior (95,5%), com destaque para os licenciados (incluindo bacharelatos) com 59,8% e para os mestrados (22,8%); 12,9% possui o grau doutoramento. Os níveis de escolaridade menos avançados

(até ao 12º de ensino) correspondem a 4,5%, valor significativamente superior ao observado em 2022⁷.

Gráfico 6 – Escolaridade dos responsáveis dos Monumentos Nacionais visitáveis (2023) (%)



Fonte: OPAC, IMNP.

Base: 224 respostas válidas.

OPAC Observatório
Português dos
Atividades Culturais

Relativamente ao ano anterior, as maiores diferenças observam-se no aumento de responsáveis com o grau de licenciado (mais dez pontos percentuais, face a 49,7% em 2022) e ainda nas descidas dos graus de mestre e de doutorado (menos 8 e 5 pontos percentuais respetivamente), assim como no pequeno aumento de graus de escolaridade até ao 12º ano (mais três pontos percentuais).

Observam-se doutorados em todos os cargos dos responsáveis dos MN visitáveis. A frequência mais elevada encontra-se no cargo de administrador/a (22,7%), e nos de diretor/a e religioso (ambos com 21,7%).

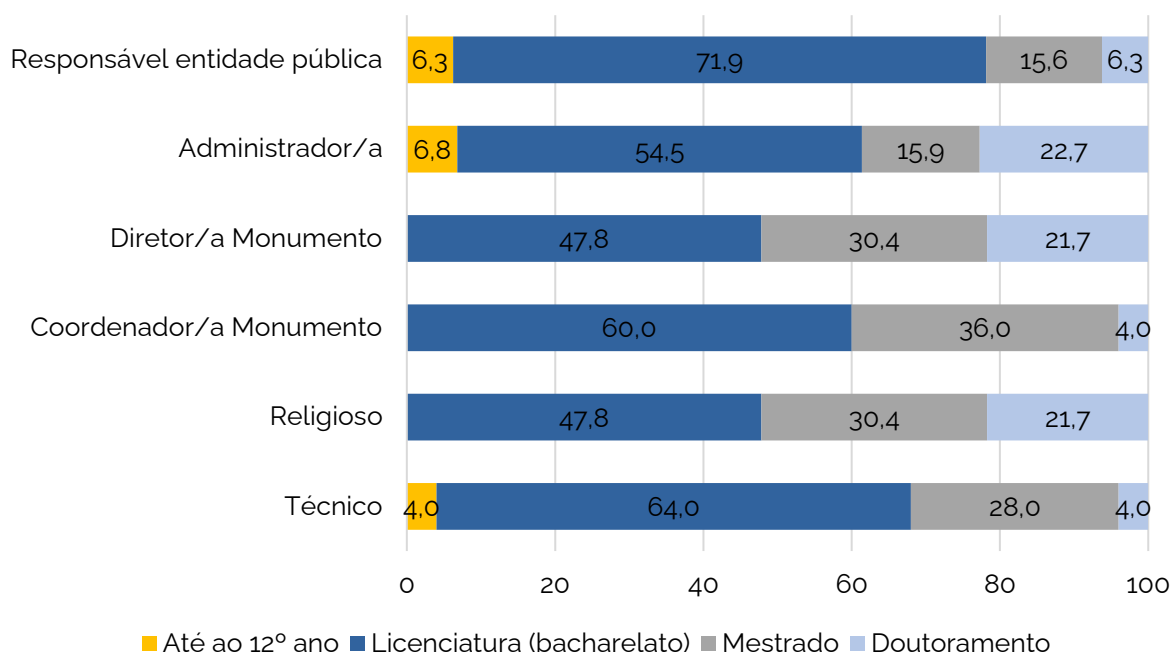
O grau de mestre é predominante entre os cargos de coordenador/a (36,0%), assim como nos de diretor/a e religiosos (ambos com 30,4%). No caso do grau de licenciado este é muito relevante entre os cargos de responsável de entidade pública (71,9%) e prevalente nos cargos de técnico (64,0%) e de coordenador/a (60,0%). Embora sem grande expressão, o grau de escolaridade até ao 12º ano foi mais observado, se bem que com

⁷ No caso da resposta relativa aos níveis de escolaridade, 7,1% não respondeu em 2023 sendo que essa percentagem em 2022 tinha sido maior, de 13,3%.

pouca prevalência, em detentores de cargos de administrador/a (6,8%). É de realçar que há uma percentagem significativa de detentores de cargos de técnicos que não responde à questão referente à escolaridade (26,5%), sendo que, entre os que responderam, a maioria (64%) indicou deter uma licenciatura como grau de escolaridade (gráfico 7).

Desta forma, verifica-se que os responsáveis de MN que detêm cargos técnicos são essencialmente licenciados, o mesmo se observando em relação aos detentores de cargos em entidades públicas. No caso dos responsáveis com cargos de coordenador/a, estes são essencialmente mestres e os responsáveis com cargos de diretor/a têm uma incidência muito elevada de doutorados.

Gráfico 7 – Cargo do responsável dos Monumentos Nacionais visitáveis por nível de escolaridade (% do número de casos)



Fonte: OPAC, IMNP.

Base: número de casos válidos em cada categoria.

Nota: Cargos decorrem de categorização de pergunta de resposta aberta.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

Relativamente à área de formação dos responsáveis pelos MN, o grande grupo das Artes e Humanidades sobressai claramente, com seis em cada dez responsáveis. Seguem-se o grupo das Ciências Empresariais, Administração e Direito (15,3%) e a área de Serviços representando 7,4%, que subiu em relação a 2022. Em 2023, 24,1% dos responsáveis dos MN indicaram uma formação em outras áreas gerais incluindo Ciências Sociais, Jornalismo e Informação (4,6%), Saúde e Proteção Social (4,2%), Engenharia, Indústrias

Transformadoras e Construção (4,2%). Os responsáveis de MN com formação no grupo da Educação mantêm uma representatividade baixa (1,4%) e são residuais outros áreas de formação como Tecnologias da Informação e Comunicação ou Agricultura, Silvicultura, Pescas e Ciências Veterinárias (ambos com 0,5%).

Tal como observado no ano de 2022, no grande grupo das Artes e Humanidades, as áreas de estudo relacionadas com as Humanidades estão mais representadas (88,5%) face à das Artes (8,4%). Com base apenas na das Humanidades, destaca-se a área de estudo da História e Arqueologia (53,4%) e, acompanhando o decréscimo dos cargos religiosos, mas não em exclusivo destes, a área de estudo/formação da Religião e Teologia (42,2%) (quadro 8).

Quadro 8 – Áreas de educação/formação no grupo das Humanidades (%)

Áreas de educação/formação	%
História e Arqueologia	53.4
Religião e Teologia	42.2
Filosofia e Ética	4.3
Total	116

Fonte: OPAC, IMNP.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

Em resumo, os responsáveis dos MN apresentam-se com graus de escolaridade elevados, e mesmo muito elevados, em qualquer dos casos de nível superior, em áreas de específicas de formação afins ao equipamento pelo qual são responsáveis. Continua a observar-se, entre os responsáveis pelos MN, uma forte componente de formação na área religiosa, decorrendo do elevado número de MN visitáveis serem monumentos religiosos, e funcionarem enquanto tal. Neste caso, a gestão é assegurada essencialmente pelos párocos, refletindo o seu papel enquanto espaço ativo com função religiosa.

3. UTILIZAÇÃO, VISITANTES E RECURSOS HUMANOS

A apresentação dos resultados é feita seguidamente em três vertentes: as duas primeiras referem-se ao acesso público e aos visitantes e a terceira aos recursos humanos afetos ao MN. A análise tem por base as séries 2018-2023 e, quando possível, 2017-2023.

3.1. A UTILIZAÇÃO E O ACESSO PÚBLICO AOS MONUMENTOS NACIONAIS

3.1.1. A recolha de dados pelos Monumentos Nacionais

Os resultados da atualização do IMNP para 2023 permitem identificar que uma elevada percentagem de MN promove a recolha de informação, especificamente sobre a modalidade de entrada gratuita (78,5%) e sobre os seus visitantes (número e nacionalidade – estrangeiros, 66,9%). O mesmo se verifica em relação à recolha de informações sobre grupos escolares (com 65,0% dos MN a fazerem essa recolha) e para as visitas orientadas (77,3%). Tendo em conta os valores relativos (percentagem face ao total de MN com controlo de visitantes), verifica-se que os valores obtidos em 2023 correspondem a um crescimento dos MN que recolhem estes dados (Quadro 9).

Quadro 9 – Taxas de resposta dos Monumentos Nacionais observados sobre números de visitantes nos principais indicadores (2018-2023) (N e %)

Indicadores	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Base	123	119	121	130	149	163
Modalidade de entrada [gratuita]	74,0	92,4	94,2	73,1	72,5	78,5
Nacionalidade [estrangeira]	61,0	78,2	81,8	76,2	63,8	66,9
Grupos escolares	43,9	56,3	47,9	51,5	61,1	65,0
Visitas orientadas	-	-	-	68,5	72,5	77,3

Fonte: OPAC, IMNP.

Base: MN com controlo de visitantes em cada ano.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

Desta forma, constata-se a subida, face ao ano anterior, em todos os indicadores observados, variando entre mais seis pontos percentuais (Modalidade de entrada gratuita) e mais três pontos percentuais (Nacionalidade estrangeira). O ano de 2023 é o ano em que se obtiveram taxas de resposta mais elevadas nos indicadores Grupos escolares e Visitas orientadas, mas ainda distantes dos indicadores Modalidade de entrada gratuita e

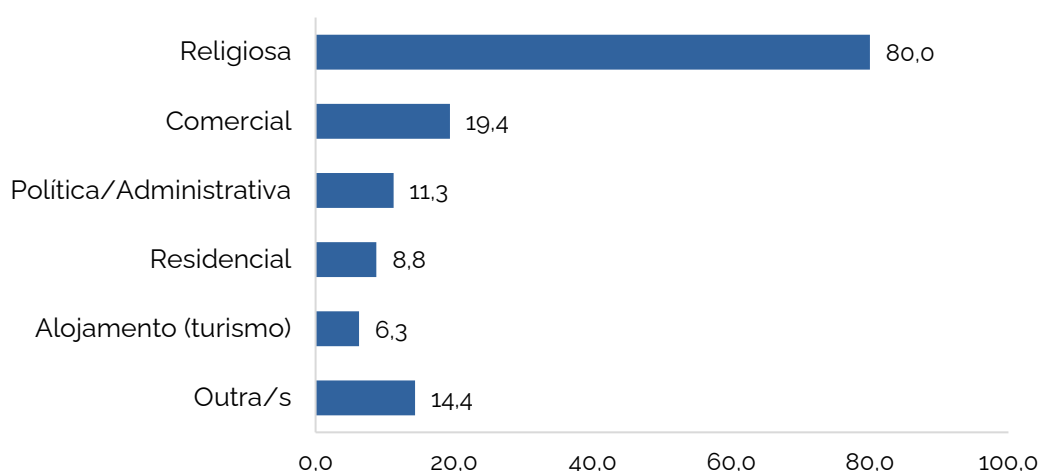
Nacionalidade estrangeiros, com taxas elevadas de resposta em 2019 e 2020, embora numa tendência de crescimento nos anos posteriores.

3.1.2. Utilização do Monumento Nacional: cultural e outras

Para a pergunta sobre se o MN, para além da utilização cultural de visitação (interpretativa e expositiva), possuía no seu espaço uma outra utilização não cultural, no conjunto do total de MN visitáveis, dois terços (66,4%) refere a coexistência no espaço do monumento de uma outra utilização. A percentagem de MN que indicou não ter outra utilização que não a cultural diminuiu relativamente ao ano anterior (53,8% em 2022 para 33,6% em 2023).

Dos que referem existir essa outra utilização não cultural destaca-se claramente a religiosa (oito em cada dez MN), o que corresponde à predominância de monumentos de arquitetura religiosa, e que acentua o facto de a maioria destes se manterem abertos ao culto e à visita do público (80,0% do total de 160 MN com outra utilização que não apenas a cultural) (gráfico 8).

Gráfico 8 – Utilizações não culturais dos Monumentos Nacionais visitáveis (%)



Fonte: OPAC, IMNP.
Base: 160

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

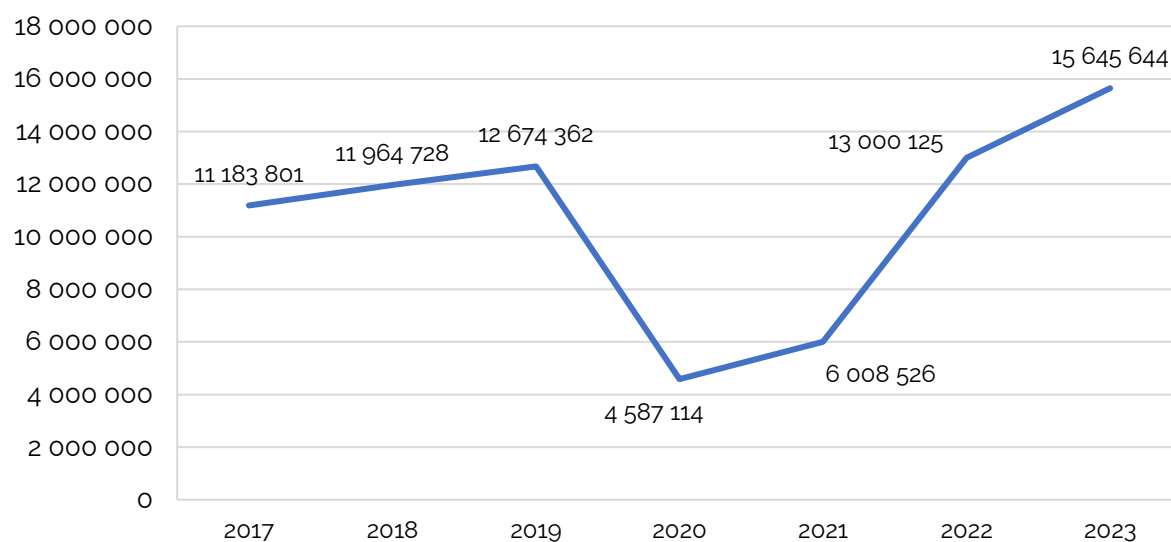
Das outras utilizações, constata-se ainda a percentagem de MN com vertente comercial (19,4%) como é o caso de lojas, livrarias, cafetarias, mas cujo peso desceu relativamente ao verificado no ano anterior (em 2022, 28,8%). Verifica-se ainda a subida dos valores de outros tipos de utilizações para além da religiosa. Desde logo uma utilização política/administrativa que subiu de 8,7% em 2022 para 11,3% em 2023. No caso da utilização dos MN para alojamento turístico observa-se um decréscimo em 2023 (6,3% face

a 7,7% em 2022), observando-se também um decréscimo para a utilização residencial (8,8% em 2023 face a 9,6% em 2022). Salientar que são ainda referidas várias outras utilizações, como por exemplo, a recreativa/cultural, a educativa, a militar ou a agrícola, saúde ou serviços. Estas outras opções conhecem uma descida em termos relativos em 2023 face ao ano anterior, sendo as outras utilizações mais expressivas as que dizem respeito a utilização recreativa/cultural (56,5%), ou as educativas (17,4%). Não se observou, em 2023, utilizações de natureza agrícola, ao contrário do que havia sido observado em 2022 e também não há utilizações de natureza social.

3.2. Os VISITANTES

O impacto da pandemia Covid-19, interrompendo a tendência de crescimento do número de visitantes⁸ registada até 2020, fica bem visível no gráfico 9. Mas fica também evidente a rápida recuperação iniciada logo em 2021 e confirmada em 2023, ano em que foi retomada a tendência de crescimento pré-pandémica com mais de 15,6 milhões de visitas, o valor mais elevado da série.

Gráfico 9 - Visitantes totais dos Monumentos Nacionais visitáveis por ano (2017-2023) (N)



Fonte: OPAC, IMNP.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

⁸ Deve ser tido em conta que o termo "visitante", comumente utilizado nos estudos, se refere, de facto, a visita, entrada, ou ingresso, e não a pessoas, uma vez que cada pessoa pode ter visitado uma ou mais vezes qualquer dos MN observados.

Em 2023 regista-se um aumento de 20,3% no número total de visitantes relativamente a 2022, sendo a taxa de variação da série 2017-2023 de 39,9%, mantendo uma tendência de crescimento dos visitantes, apenas interrompida durante o momento da crise Covid-19, cujo impacto negativo já se havia esbatido no ano de 2022. Refira-se que, nível global, se destaca a consolidação da retoma das atividades de fruição cultural, para níveis idênticos a 2019 (DEPS-MC, 2024), permanecendo o património cultural como elemento central nas opções de visita (BVA BDRC, 2024).

Num outro plano e numa análise comparativa com instituições do património cultural, nacionais e internacionais, é de ressaltar que no contexto português, os museus portugueses totalizaram um número de visitantes em 2023 de 18 milhões, que face aos 15,7 milhões de 2022 representando uma subida de cerca de 11% (INE, 2024), um pouco abaixo do que se verifica para os sítios patrimoniais (históricos) visitáveis europeus. À escala global, e ainda no domínio dos museus, outros elementos apontam para um aumento do número de visitantes em 2023 – 175 milhões de entradas nos 100 museus mais visitados em 2023 (Cheshire & Silva, 2024), valores que se aproximam dos valores observados em 2019, o último ano pleno antes do "lockdown" do Covid-19. Esta frequência de visitantes em museus não é, na escala global, homogénea, com museus já nos níveis de visitantes observados em 2019 (como, por exemplo, o Rijksmuseum), museus com uma certa regularidade de visitantes – uma variação de 10% face aos valores de 2019 – por exemplo o Museu do Vaticano, o Museo Nacional del Prado, o British Museum ou mesmo o Louvre (Cheshire & Silva, 2024), mas com museus que ainda não recuperaram os valores obtidos em 2019, com destaque para museus no Reino Unido.

Este aumento de visitantes também se verifica nos sítios patrimoniais, de uma forma geral: em França, os dados disponibilizados pelo Ministério da Cultura (DEPS - Département des études, de la prospective, des statistiques et de la documentation) indicam em 2023 nos monumentos tutelados pelo Centre des Monuments Nationaux (CMN), uma subida de 15% de visitantes face ao ano anterior, valores que subiram também relativamente ao ano de 2019 (DEPS-MC, 2024); este crescimento também se verifica em Espanha, com um aumento de 20,1% nos visitantes do património cultural na Catalunha (Observatori dels publics del patrimoni cultural de Catalunya, 2024) e de 32% nos espaços geridos especificamente pelo Patrimonio Nacional (2024); em Itália, o aumento de visitantes em 2023 nos museus, sítios históricos e áreas arqueológicas estatais (públicas) teve um crescimento de 22,7% face a 2022 (ISTAT, 2024); no Reino Unido aumento de visitantes nos sítios históricos é de 11%, mas estes números estão abaixo dos valores de 2019 (-12%) (BVA BDRC, 2024). Na Grécia, os visitantes dos museus e sítios arqueológicos aumentou cerca

de 12% em 2023, face a 2022 (Hellenic Statistical Authority, 2024); indicativamente, a Acrópole de Atenas aumentou em 28% o número de visitantes em 2023 face a 2022, recebendo 8,4 milhões de visitantes.

No que diz respeito aos visitantes dos MN⁹ em Portugal, quando analisados por região, observa-se que a mais visitada em 2023 foi a região Norte, com 41,6% das visitas, seguida da AML com 28,8% e a do Centro com 17,5% (quadro 10). O Alentejo captou 6,8% do total de visitantes e o Algarve, 5,4%. Quanto às regiões autónomas, na dos Açores não existe recolha de informação de sobre visitantes de 2023 nos MN ali localizados e, na da Madeira, regista-se um valor percentual de apenas 0,02%. Com exceção dos Açores, todas as regiões registaram alterações positivas no número de visitantes na ordem dos 20% em 2023, face ao ano anterior (25,8% no Alentejo e 14,9% no Algarve em termos do número de visitantes). Em termos de variação do número de visitantes aos MN ao longo da série 2017-2023, por região, esta tem sido mais expressiva para o Norte (+ 134,1%), enquanto na AML a taxa de variação no período referido é de 0,4%, mantendo esta região a mesma afluência de visitantes no período considerado.

⁹ O quadro com os números absolutos dos vários indicadores dos visitantes dos MN no período considerado encontra-se no Anexo B.

Quadro 10 - Indicadores de visitantes dos Monumentos Nacionais por ano (2017-2023) (%)

Indicadores	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Total de visitantes (N)	11 183 801	11 964 728	12 674 362	4 587 114	6 008 526	13 000 125	15 645 644
Região							
Norte	24,8	31,0	33,0	44,5	46,6	41,5	41,6
Centro	21,6	19,5	19,5	17,1	16,2	17,5	17,5
AML	40,1	36,4	34,0	25,6	22,9	28,9	28,8
Alentejo	6,8	6,6	7,3	6,5	7,7	6,5	6,8
Algarve	6,6	6,7	6,2	6,3	6,5	5,6	5,4
Açores	-	-	-	0,1	0,08	-	0,0
Madeira	-	-	-	-	-	0,02	0,02
Categoria arquitetónica							
Religiosa	42,7	43,9	47,2	54,0	51,1	53,6	56,1
Militar	41,8	40,7	40,0	38,1	36,5	33,1	31,3
Civil	10,7	10,8	9,6	4,7	4,3	9,5	8,8
Mista	2,8	2,4	2,1	3,2	2,5	2,4	2,3
Não definida	1,9	2,3	1,0	-	5,6	1,4	1,5
Entidade de gestão							
Ministério da Cultura	36,3	32,5	30,4	28,3	21,0	24,6	22,6
Municípios	24,9	24,3	24,0	23,6	26,0	24,3	22,1
Outras públicas	9,8	9,3	9,9	3,0	2,8	4,9	6,6
Igreja Católica	18,3	22,5	26,4	35,9	34,7	33,8	35,7
Outras privadas	8,9	9,2	8,4	8,8	15,0	11,9	11,8
Mista	1,8	2,2	1,0	0,4	0,6	0,5	1,2
Escala de visitantes							
Muito grande	44,3	41,7	44,6	19,6	26,1	42,8	48,4
Grande	45,8	48,7	43,2	51,1	46,6	41,2	36,2
Pequeno	8,7	8,5	10,8	25,5	24,1	14,0	14,1
Muito pequeno	1,2	1,0	1,4	3,7	3,1	1,9	1,3
Modalidade de entrada							
Gratuita	15,9	15,4	14,0	40,7	35,7	28,7	30,1
Nacionalidade							
Estrangeiros	69,8	68,2	70,6	34,7	45,0	52,6	61,3
Grupos escolares	2,1	2,6	1,8	1,1	2,2	2,4	3,5
Visitas orientadas	7,4	7,6	4,6	2,7	10,2	6,4	6,8

Fonte: OPAC, IMNP.

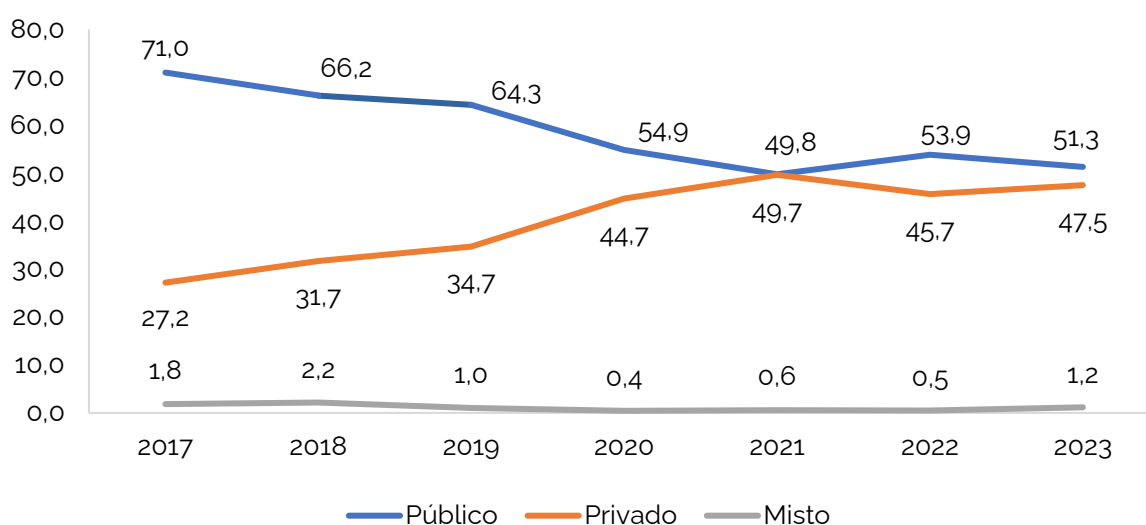
Base: respostas válidas por categoria.

Nota: os escalões de visitantes são os seguintes: Muito grande, mais de 500 mil; Grande, entre 100 mil e 499,9 mil; Pequeno, entre 10 mil e 99,9 mil; Muito pequeno, menos de 9,9 mil.

Quando analisados por categoria arquitetónica, a maioria dos visitantes centra-se nos monumentos da categoria de arquitetura religiosa (56,1%), seguida pelos monumentos de arquitetura militar (31,3%). Os edifícios religiosos são os que têm recebido a maioria dos visitantes desde o início do IMNP (a taxa de variação ao longo da série 2017-2023 para os visitantes dos monumentos religiosos é de cerca de 83%). Relativamente a 2022, os visitantes aumentaram nos monumentos de todas as categorias arquitetónicas, mais acentuado nos monumentos de arquitetura religiosa (25,9%). Os visitantes dos MN da categoria de arquitetura militar aumentaram 13,7% em 2023 face ao ano anterior e os visitantes dos monumentos civis, 12%. Em termos de visitantes dos MN de arquitetura mista, o aumento foi de 15,7%. Nesta categoria, quando analisada a série 2017-2023, observa-se que as variações negativas que haviam sido observadas entre 2017 e 2022 (nos visitantes aos monumentos militares e de arquitetura civil) foram contrabalançadas e apresentam agora variações positivas em toda a série temporal (4,6% para os monumentos militares e 11,5% nos monumentos de arquitetura civil), resultando a procura de explicação muito relacionada com os impactos da crise sanitária de 2020-2021.

Quando observados por entidade de gestão, verifica-se que o número de visitantes é bastante equivalente nos MN geridos quer pelas entidades do setor público (Ministério da Cultura, municípios e outras entidades públicas, 51,3%), quer por entidades do setor privado (Igreja Católica e outras privadas, 47,5%). O ano de 2023, face a 2022, regista uma ligeira subida no número de visitantes nos MN geridos por entidades do setor privado; esta tendência de crescimento observa-se desde o início da série (gráfico 10).

Gráfico 10 - Evolução dos visitantes por setor da entidade de gestão (2017-2023) (%)

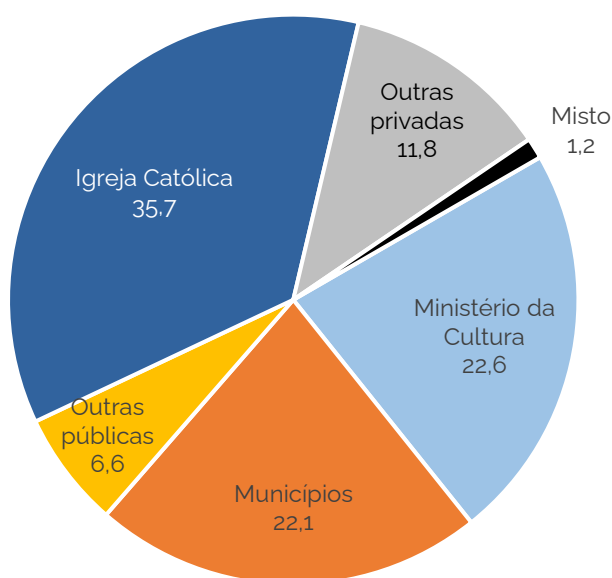


Fonte: OPAC, IMNP.

Quando analisada a série 2017-2023 a maior taxa de variação (positiva) está nos visitantes aos MN geridos por entidades privadas (taxa de variação de 144,5%), enquanto os visitantes dos monumentos geridos por entidades públicas têm uma variação positiva muito pouco expressiva (1,1%). Já no caso dos visitantes aos monumentos geridos por entidades mistas esta evolução é negativa (menos 10% entre 2017-2023).

Detalhando a entidade de gestão (gráfico 11), o maior número de visitantes ocorre em MN geridos pela Igreja Católica (35,7%), que em termos de número relativo voltaram a aumentar em 2023 face ao ano anterior (33,8% em 2022); por outro lado, os visitantes têm vindo a decrescer nos MN sob gestão do MC (de 36,3% dos visitantes em 2017 para 22,6% em 2023), situação que estará certamente relacionada com a transferência da gestão de alguns MN para outras entidades, havendo em 2023 menos MN geridos diretamente pelo MC. De ressaltar que relativamente aos visitantes de MN geridos pelos municípios, o seu número tem vindo conhecer alguma regularidade, embora em 2023 se observe um ligeiro decréscimo (24,3% em 2022 e 22,1% em 2023). Mantêm-se com pouca expressão os visitantes em monumentos geridos com modelos mistos que representam apenas 1,2% do total de visitantes apurado.

Gráfico 11 - Visitantes por entidade de gestão dos Monumentos Nacionais visitáveis (2023) (%)



Fonte: OPAC, IMNP.
N= 15 645 644.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

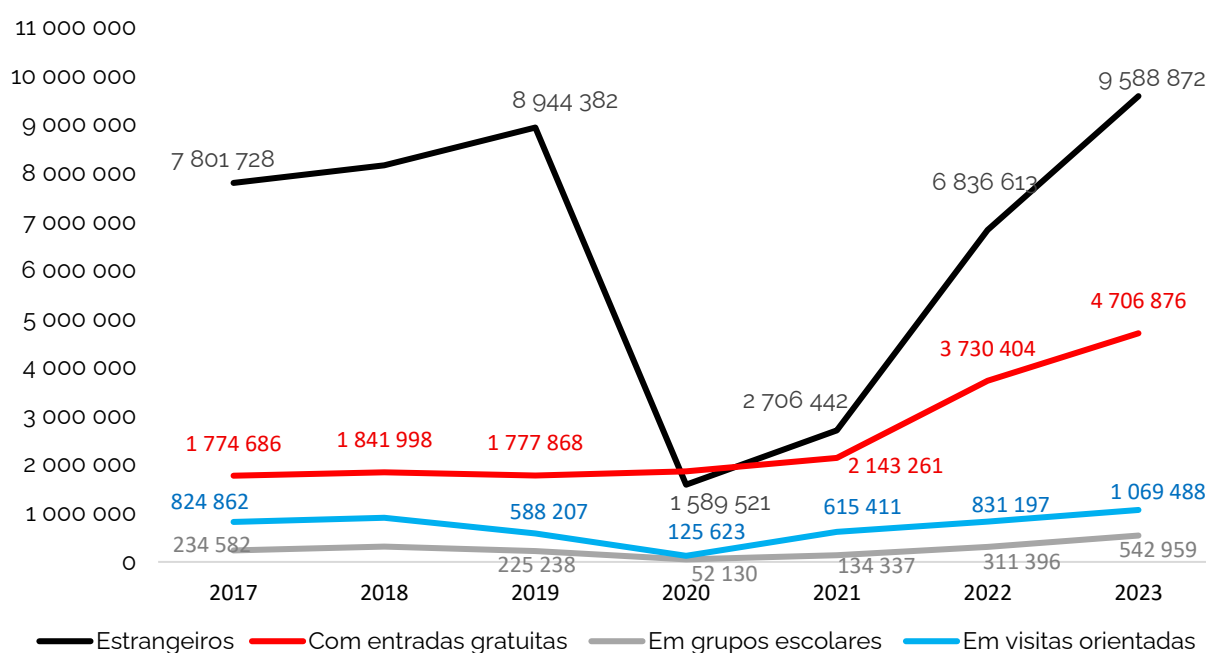
Em 2023, cerca de um terço dos visitantes acedeu aos MN de forma gratuita. A análise da evolução dos visitantes que acederam gratuitamente tem como dados de enquadramento o momento da crise pandémica nos anos de 2020 e 2021 e as consequentes medidas efetuadas para a minimização dos impactos, entre as quais a adoção de regimes de entrada gratuita nos MN visitáveis. De facto, nos anos de 2020 e 2021, os MN indicaram elevadas percentagens de visitantes em modalidades de entrada gratuita (40,7% e 35,7% respetivamente). No ano de 2022 observa-se uma redução do número relativo de visitantes que acederam através desta modalidade gratuita (28,7%), mas este número volta a aumentar em 2023, o que significa a necessidade de um maior acompanhamento futuro desta dimensão nas próximas edições do IMNP, no sentido de apurar o impacto efetivo da pandemia 2020-2021 e das medidas tendentes à sua minimização.

No caso dos visitantes inseridos em grupos escolares, em 2023, constituíram 3,5% de todos os visitantes dos MN nesse ano. De referir o facto desta percentagem nunca ter sido muito elevada ao longo de toda a série IMNP leva a crer que os grupos escolares não têm tido grande impacto no total de entradas dos MN em Portugal. Contudo, em 2023 registou-se o maior número absoluto de visitantes que entraram nos MN integrados em grupos escolares totalizando cerca de 542 mil (sendo que o maior contingente de visitantes em grupos escolares observados até então era de 316 mil em 2018). Também nesta dimensão o acompanhamento em edições futuras do IMNP permitirá aferir o sentido desta evolução.

No que diz respeito a visitantes que acederam aos MN na modalidade de visita orientada, no ano de 2023 esta percentagem foi de 6,8%. O total apurado ultrapassou, pela primeira vez no contexto de todas as edições do IMNP, o limite de um milhão de visitantes, com 1 069 488, o que, comparativamente a 2022, representa um aumento de 28,7%. No conjunto da série 2017-2023 (ver atrás quadro 8), a modalidade de visitas orientadas apresenta uma taxa de variação de 29,7%. Ultrapassadas as contenções da pandemia e levantadas as restrições à fruição e também as medidas de minimização dos impactos que obrigaram os monumentos a desenhar modelos de visita diferenciados em 2020 e 2021 (Neves, Macedo, Lima, Santos & Miranda, 2020), os visitantes inseridos em visitas orientadas têm aumentado, mas menos expressivamente no ano de 2023.

A evolução segundo as categorias de visita fica patente no gráfico 12.

Gráfico 12 – Visitantes por categoria e por ano (2017-2023) (n)

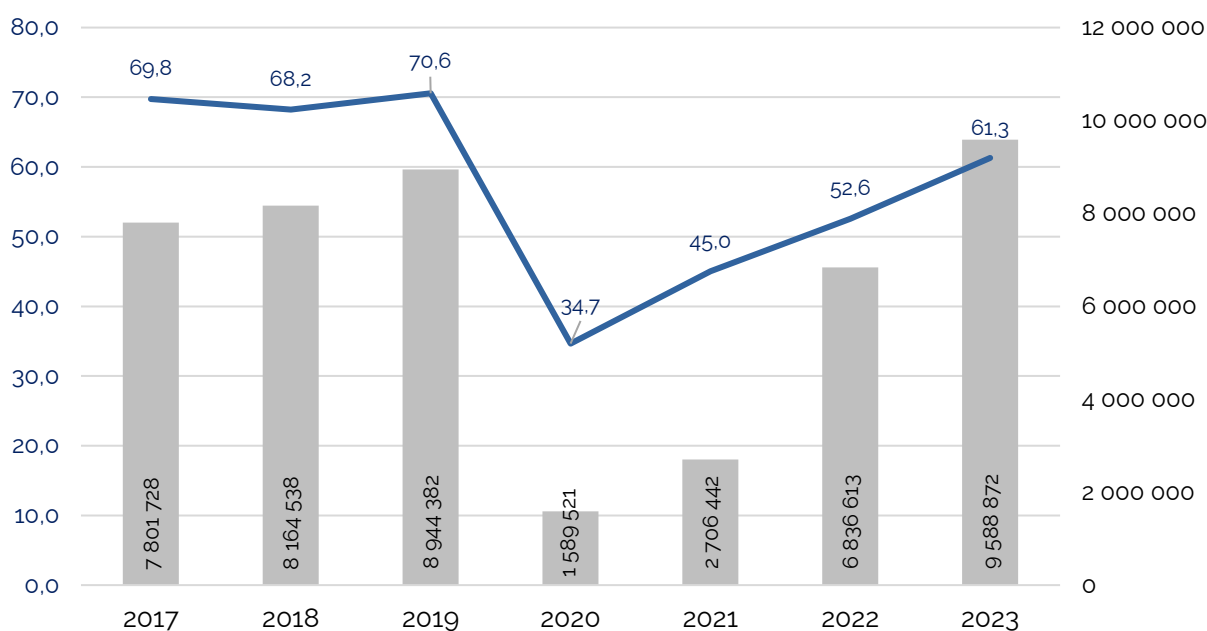


Fonte: OPAC, IMNP.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

O apuramento por nacionalidade permite verificar que em 2023 os estrangeiros representam 61,3% do total de entradas nos MN (gráfico 13). Comparando com 2022, a taxa de variação dos visitantes estrangeiros é de mais 40,3%, e quando comparado com o início da série, constata-se que essa variação é já positiva (22,9%), recuperado já da redução nos anos de 2020 e 2021 (Covid-19). Em 2023, em termos absolutos, o número de visitantes estrangeiros é o maior de sempre registado no IMNP: 9 588 872. Contudo, apesar deste valor absoluto e da recuperação verificada desde 2022, em termos relativos, a percentagem de visitantes estrangeiros face aos nacionais (61,3% em 2023) ainda não está próxima dos valores observados para 2019, quando representava 70,6% do número total de visitas nos MN, o que dá conta do peso ainda significativo dos visitantes nacionais nos MN visitáveis.

Gráfico 13 - Evolução dos visitantes estrangeiros nos Monumentos Nacionais visitáveis (2017-2023) (% e N)



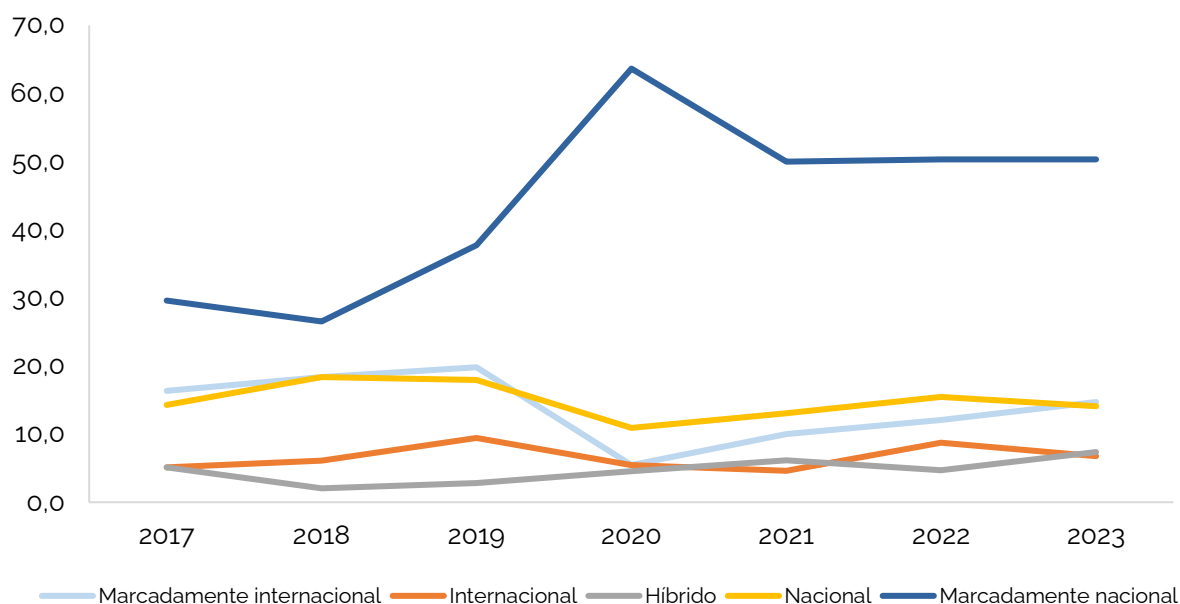
Fonte: OPAC, IMNP.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

Quando analisada a série 2017-2023, a taxa de variação de visitantes é de 39,9%, significando que se verifica nos MN visitáveis um aumento do número de visitantes, mesmo com um período de grandes decréscimos como foi o período da pandemia Covid-19. Os estrangeiros, que até à pandemia representavam a grande maioria dos visitantes nos MN, já haviam recuperado em 2022, e em 2023 mantiveram a sua trajetória de crescimento, sendo de salientar o número muito expressivo de nacionais na visita aos MN, modelo implementado durante a crise pandémica: "(...) sendo também de destacar uma viragem para os visitantes nacionais, assim como a promoção de momentos de reflexão sobre a prestação do serviço ao visitante por parte dos MN" (Neves, Macedo, Santos & Miranda, 2021, p. 42).

Numa análise mais detalhada procurou-se identificar mais pormenorizadamente a relação entre os visitantes (estrangeiros e nacionais) e os MN visitáveis, cujos resultados se expressam no gráfico 14.

Gráfico 14- Monumentos Nacionais visitáveis por escalão de visitantes por ano (2020-2023) (%)



Fonte: OPAC, IMNP.

Legenda: A variável "escalão de visitantes estrangeiros" distingue os MN face ao peso percentual de visitantes estrangeiros. Assim: Marcadamente internacional MN com mais de 70% de visitantes estrangeiros; Internacional MN com 69% a 55% de visitantes estrangeiros; Híbrido – MN com 45% a 54% de visitantes estrangeiros; Nacional – MN com 30% a 44% de visitantes estrangeiros; Marcadamente Nacional – MN com menos de 30% de visitantes estrangeiros.

Bases: 98 (2017), 98 (2018), 106 (2019), 110 (2020), 130 (2021), 149 (2022), 163 (2023).

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

Resulta claro que a maioria dos MN são visitados por públicos marcadamente nacionais, ao passo que os MN onde se identificam visitantes marcadamente internacionais (mais de 70% dos visitantes estrangeiros) correspondem a 14,7% (dados de 2023), valor que aumentou face ao ano anterior (12,1%). No caso dos primeiros, apesar da evolução positiva observada a partir de 2019, com muita expressão nos anos da pandemia (sobretudo 2020), afigura-se uma estabilização em 2023, que importará acompanhar em edições futuras. No caso dos segundos, a análise dos dados revela que os monumentos mais visitados também são os que recebem mais visitantes estrangeiros, que se explica pelas dinâmicas do turismo dos locais onde estes se encontram.

3.2.1. Os Monumentos Nacionais segundo a dimensão do número de visitantes anuais

Em 2023 o escalão de visitantes Pequeno, ou seja, que compreende entre 10 mil e 100 mil visitantes anuais, é o dominante (42,9%), diferenciando-se das edições prévias do IMNP em que o escalão que era dominante era o Muito Pequeno (até 10 mil visitantes), e que corresponde a algo que vinha sendo observado, desde 2020 (quadro 11). O escalão de

visitantes Muito Grande (MN com mais de 500 mil visitantes/ano) também aumentou em 2023.

Quadro 11 – Monumentos Nacionais por escalão de visitantes por ano (2020-2023) (%)

Escalão de visitantes	2020	2021	2022	2023
Muito grande	0,8	1,5	3,4	4,3
Grande	10,7	11,5	14,1	13,5
Pequeno	31,4	35,4	35,6	42,9
Muito pequeno	57,0	51,5	47,0	39,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: OPAC, IMNP.

Nota: Total de MN com controlo de visitantes e respostas válidas.

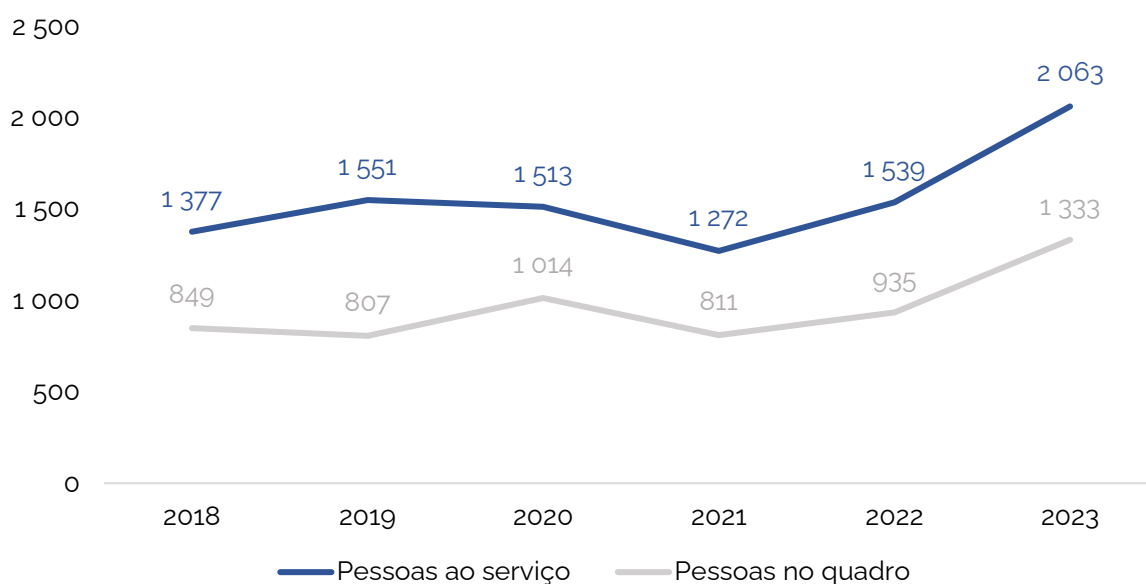
Legenda: Muito grande, mais de 500 mil visitantes/ano; Grande, entre 100 mil e 499,9 mil visitantes; Pequeno, entre 10 mil e 99,9 mil visitantes; Muito pequeno, menos de 9,9 mil visitantes anuais.



3.3. Os RECURSOS HUMANOS

Em 2023 o número de pessoas ao serviço nos MN totaliza 2.063, das quais 1.333 (64,6%) pertencem ao quadro de pessoal (gráfico 15). Relativamente ao ano de 2022 observa-se um aumento do número total de pessoas ao serviço (mais 524), acompanhado também pelo aumento de número de pessoas no quadro, com mais 398 funcionários, relativamente a 2022. Tendo em conta a série 2018-2023, e considerando a oscilação nos anos da pandemia, já objeto de análise anterior (Neves, Macedo, Santos & Miranda, 2021; Neves, Macedo & Santos, 2023), o número de pessoal nos MN visitáveis tem vindo a aumentar, quer considerando o total de pessoas ao serviço, quer considerando o total de pessoas integradas no quadro.

Gráfico 15 - Evolução dos recursos humanos por ano (2018-2023) (N)



Fonte: OPAC, IMNP.

Nota: Pessoal ao serviço: integrado ou não no quadro da tutela ou de quem está afeto ou gere, incluindo estagiários, bolseiros e voluntários; pessoal no quadro, que trabalha em permanência no monumento, da tutela ou de quem está afeto ou gere.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

3.3.1. Pessoal ao serviço

Quando cruzado com a entidade de gestão, observa-se que em 2023 os MN que referem ter mais pessoas ao serviço são geridos por entidades privadas, que têm 866 pessoas ao serviço, o que corresponde a 42,0% do total apurado (quadro 12). Por sua vez, os MN geridos por entidades do setor público têm ao serviço 816 pessoas (39,5% do total), sendo a quantidade remanescente de 381 pessoas integrados nos MN geridos por entidades mistas (18,5%). Quando desagregado por entidade de gestão, observa-se que no ano de 2023 os MN geridos por outras entidades privadas que não a Igreja Católica são os que têm mais pessoas ao serviço (22,9% face a 19,1%). As entidades mistas apresentam em 2023 números absolutos de pessoal ao serviço mais elevados que os municípios, que no setor público é a entidade gestora com mais pessoal.

Quadro 12 – Pessoal ao serviço por setor e entidade de gestão (2022 e 2023) (N e %)

Entidade de gestão	Total pessoal 2022		Total pessoal 2023	
	N	%	N	%
Setor Público				
Ministério da Cultura	226	14,7	240	11,6
Municípios	373	24,2	355	17,2
Outras Públicas	92	6,0	221	10,7
Total Público	691	44,9	816	39,5
Setor Privado				
Igreja Católica	414	26,9	394	19,1
Outras Privadas	384	25,0	472	22,9
Total Privado	798	51,9	866	42,0
Misto	50	3,2	381	18,5
Total	1539	100,0	2063	100,0

Fonte: OPAC, IMNP.**Base:** MN com resposta válida.**OPAC** Observatório
Português das
Atividades Culturais

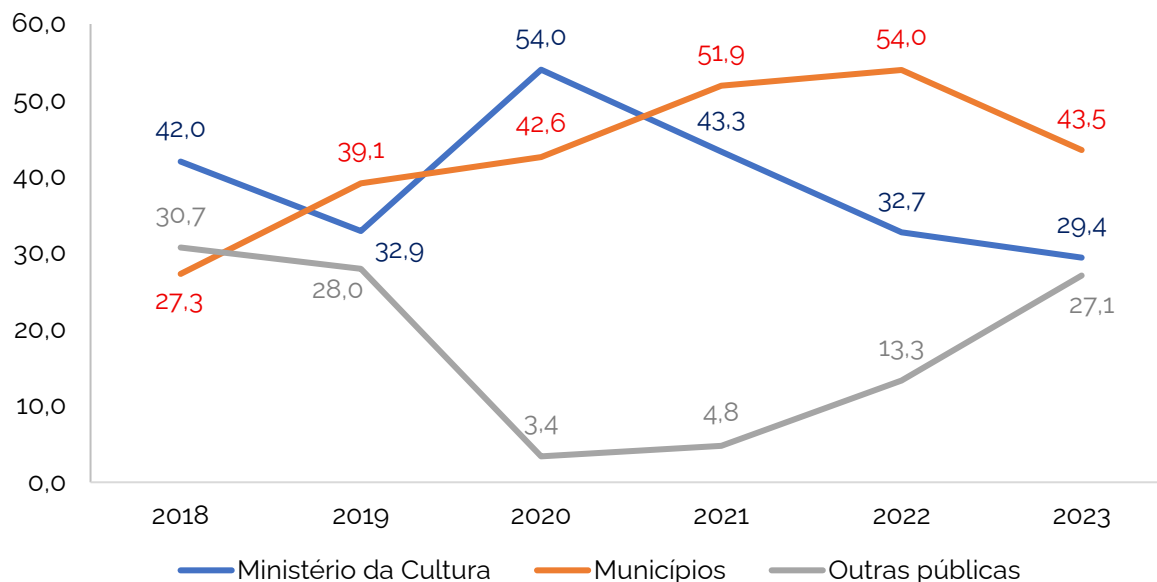
Algumas considerações são necessárias quando comparados os dados com o ano anterior. Em números absolutos verifica-se um aumento de pessoal nos MN geridos pelo MC (226 em 2022 e 240 em 2023), por outras entidades públicas (92 em 2022 e 221 em 2023), por outras entidades privadas (384 em 2022 e 472 em 2023) e, sobretudo, nos MN geridos por entidades mistas (50 em 2022 para 381 em 2023). Nas restantes entidades de gestão, destaca-se o decréscimo do número de pessoas ao serviço nos MN geridos pelos municípios e, com mais expressão, naqueles geridos pela Igreja Católica.

Em termos relativos, isto é, quando referenciado ao número total de pessoal ao serviço nos MN, este aumento de pessoal em 2023 face ao ano anterior é evidente apenas nos MN geridos por outras entidades públicas (6,0% em 2022 contra 10,7% em 2023). No caso das outras entidades públicas os resultados refletem as respostas obtidas pelos monumentos incluídos no conjunto da Universidade de Coimbra- Alta e Sofia, algo que não se verificou em edições anteriores do IMNP.

Tendo por base a série 2018-2023, no caso dos MN geridos pelas entidades do setor público, observa-se que o MC tem vindo a diminuir o número de pessoal ao serviço, sobretudo a partir de 2020, constatação que está em consonância com a já referida diminuição do número de MN visitáveis geridos por este organismo. No caso dos municípios, a evolução tem sido mais regular, embora se verifique uma tendência de decréscimo nos últimos anos, de 2022 para 2023 (54,0% para 43,5% em 2023). Em termos

absolutos, os MN geridos pelos municípios em 2023 apresentam valores bastante abaixo do verificado em 2019, ano que como já foi salientado, é um dos anos com mais elevado número de ingressos (gráfico 16).

Gráfico 16 - Evolução do pessoal ao serviço nos Monumentos Nacionais visitáveis geridos por entidades do setor público (2018-2023) (% do total de entidades do setor público)

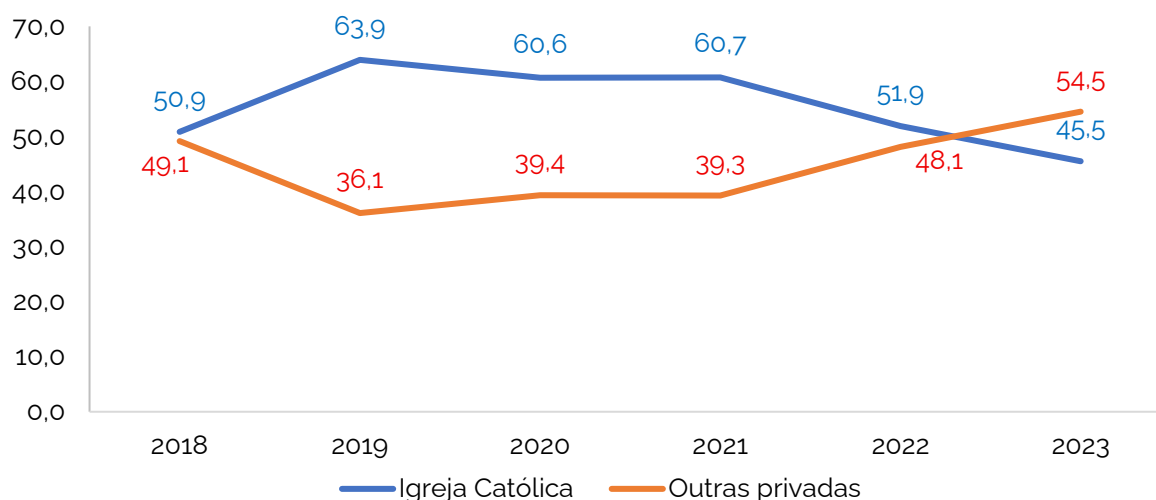


Fonte: OPAC, IMNP.

OPAC Observatório Português das Atividades Culturais

No caso das entidades do setor privado, os resultados observados no período dão conta de uma diminuição relativa do número de pessoas ao serviço nos MN geridos pela Igreja Católica, atingindo o seu valor mais baixo em 2023 (45,5%), enquanto as outras entidades privadas têm vindo a apresentar uma tendência de crescimento (gráfico 17).

Gráfico 17 - Evolução do pessoal ao serviço nos Monumentos Nacionais visitáveis geridos por entidades do setor privado (2018-2023) (% do total de entidades do setor privado)



Fonte: OPAC, IMNP.

OPAC Observatório Português das Atividades Culturais

A partir da análise das respostas obtidas, agruparam-se os dados relativos aos Recursos Humanos dos MN no que diz respeito ao escalão de pessoal por entidade de gestão em 2022 e 2023 (quadro 13).

Quadro 13 – Pessoal ao serviço, por escalão de pessoal e entidade de gestão (2022 e 2023) (% em linha por ano)

Entidade de gestão	2022					2023				
	1 pessoa	2 a 3 pessoas	4 a 10 pessoas	Com 11 ou mais pessoas	Base (N)	1 pessoa	2 a 3 pessoas	4 a 10 pessoas	Com 11 ou mais pessoas	Base (N)
Setor Público										
Ministério da Cultura	30,3	27,3	21,2	21,2	33	37,0	18,5	7,4	37,0	27
Municípios	20,6	34,9	34,9	9,5	63	25,3	33,3	34,7	6,7	75
Outras Públicas	0,0	28,6	28,6	42,9	7	23,1	7,7	30,8	38,5	13
Setor Privado										
Igreja Católica	23,4	33,8	32,5	10,4	77	45,2	16,7	28,6	9,5	84
Outras Privadas	15,4	11,5	26,9	46,2	26	3,6	21,4	32,1	42,9	28
Mista	50,0	25,0	0,0	25,0	8	33,3	11,1	11,1	44,4	9
Total (N)	22,9	29,9	29,4	17,8	214	31,4	22,0	28,0	18,6	236

Fonte: OPAC, IMNP.

Base: MN com resposta válida.

OPAC Observatório Português das Atividades Culturais

Em 2023, os escalões de pessoal mais representados são os de 1 pessoa ao serviço (31,4%) e o de 4-10 pessoas (28,0%). A percentagem de monumentos que apresentam naquele ano uma estrutura com 11 ou mais pessoas representa 18,6%. Em termos de comparação com o ano anterior, refira-se que é o escalão de 1 pessoas o que apresenta o maior crescimento (mais 9 pontos percentuais, face aos 22,9% em 2022) e o de 2-3 pessoas o que possui a descida mais significativa (menos oito pontos, com 29,9% em 2022, o que, neste último caso, se torna mais relevante uma vez que este escalão tem sido até este ano o prevalente. Com exceção dos anos da pandemia, e por razões de minimização dos impactos da mesma, a situação mais observada é o predomínio dos monumentos com menos pessoas ao serviço sobre os com estruturas maiores ao nível de recursos humanos.

Quando analisados por setor da entidade de gestão, em 2023, verifica-se que no público existe um relativo equilíbrio entre os três primeiros escalões. Por tipo de entidade, sobressaem estruturas com 4-10 pessoas nos MN de tutela municipal (34,7%), ao passo que nos de outras entidades públicas é mais relevante o escalão de 11 ou mais pessoas (38,5%). Nos dependentes do Ministério da Cultura constata-se que os MN apresentam uma mesma distribuição de pessoas ao serviço entre o escalão mais baixo e o mais elevado (ambos com 37,0%). Na comparação com os valores do ano de 2022, nos MN geridos pelo MC verifica-se um maior crescimento no escalão de pessoal de com 11 ou mais pessoas (16 pontos percentuais), enquanto nos das outras entidades públicas e dos municípios aumentam ambos no escalão de 1 pessoa (com 23 pontos e 5 pontos, respetivamente).

No setor privado, a prevalência é para estruturas com 1 pessoa, mas também são relevantes estruturas com 4-10 pessoas (em conjunto estão representados em dois terços dos MN). Por tutela, em 2023, na Igreja Católica predominam MN com escalão de RH de 1 pessoa (45,2%), enquanto se observam nos MN geridos por outras entidades privadas, estruturas com 11 ou mais pessoas (42,9%). Relativamente a 2022, no caso da Igreja Católica verifica-se um crescimento, precisamente, no escalão de com 1 pessoa (mais 22 pontos percentuais), acompanhado pelo decréscimo dos restantes escalões de pessoal. No caso dos MN geridos por outras entidades privadas, verifica-se uma situação inversa com um maior aumento em 2023 do escalão de 2 a 3 pessoas (mais dez pontos), mas também do de 4 a 10 pessoas.

De salientar ainda que em 2023 os MN geridos por entidades mistas aumentaram substancialmente a estrutura de pessoas ao serviço, com um crescimento do escalão de com 11 ou mais pessoas (19 pontos percentuais, passando de 25,0% em 2022 para 44,4% em 2023).

Em síntese, verifica-se em 2023 um aumento do pessoal ao serviço nos MN visitáveis. São os MN geridos por entidades privadas que mais pessoal têm ao serviço e, nestas, destacam-se os MN pertencentes às outras entidades privadas, enquanto a Igreja Católica apresenta um decréscimo em relação a 2022. Em 2023 foi nos MN geridos por entidades mistas que se observou o maior aumento de número de pessoal ao serviço em relação ao ano anterior. No setor público, com exceção dos MN geridos por outras entidades públicas – no qual se faz sentir o efeito da resposta nesta aplicação do conjunto da Universidade de Coimbra –, as entidades de gestão deste setor diminuíram o número relativo de pessoal ao serviço.

Destaca-se igualmente uma certa polarização dos escalões de recursos humanos, com aumentos no escalão mais elevado (11 e mais pessoas), decorrentes dos aumentos verificados nos MN tutelados pelo MC e por entidades de gestão mista; da mesma forma há um aumento de pequenas estruturas (1 pessoa), devido sobretudo à Igreja Católica a outras entidades públicas. Para os restantes escalões observa-se uma diminuição face ao ano anterior, mais expressiva no escalão 2-3 pessoas (29,9% em 2022 e 21,6% em 2023) e menos no escalão 4-10 (29,4% em 2022 e 27,4% em 2023). Estas alterações decorreram de contribuições diferentes por parte das diversas entidades de gestão. No geral, e tal como tem sido observado em edições anteriores, os MN visitáveis funcionam com poucos recursos humanos.

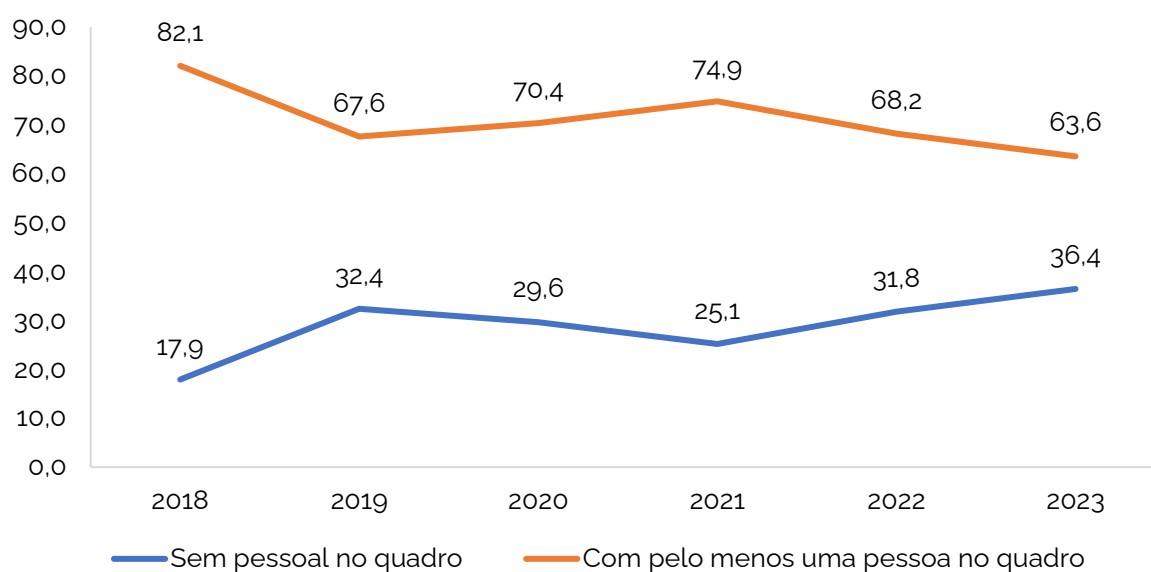
3.3.2. Pessoal no quadro

Foi já referido que a maioria do pessoal ao serviço nos MN pertence ou está integrado num determinado quadro de pessoal¹⁰.

Uma primeira observação dá conta de um aumento dos MN sem quadro próprio de pessoal, passando de 31,8% em 2022 para 36,4% em 2023, concluindo-se ser significativo o número de MN visitáveis que concretizam a sua atividade com pessoal não permanente (gráfico 18). Contudo, é de destacar que a taxa de variação de pessoal no quadro entre 2022 e 2023 foi muito positiva (42,6%), sendo que quase dois terços da estrutura total de RH dos MN correspondem a pessoal integrado no quadro, o que significa que a clara maioria do pessoal ao serviço são funcionários permanentes.

¹⁰ No quadro de pessoal do MN, da tutela ou da entidade a que está afeto ou gere, que trabalham em permanência no monumento.

Gráfico 18 - Monumentos Nacionais visitáveis por situação de pessoal no quadro por ano (%)

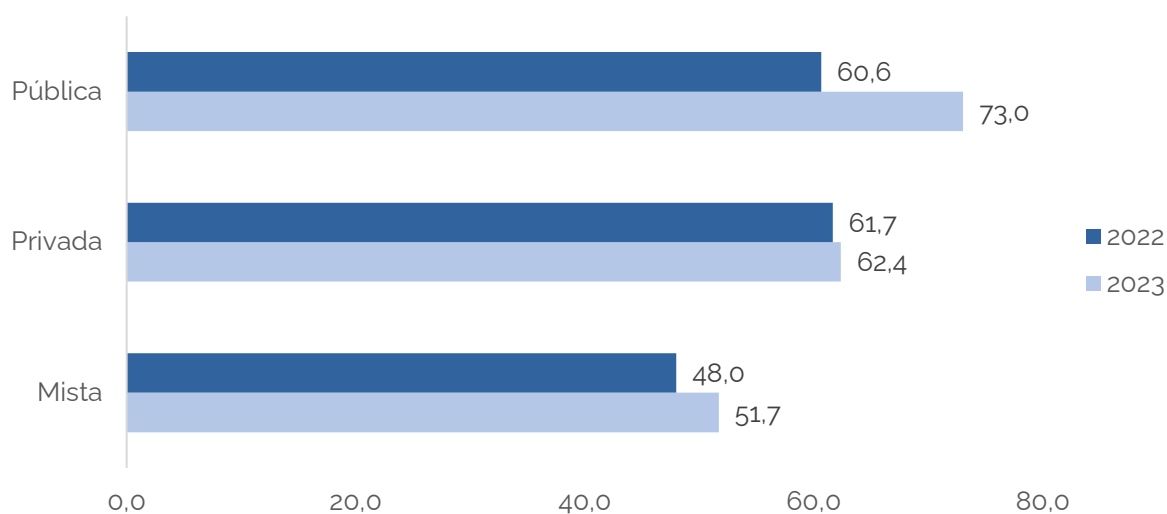


Fonte: OPAC, IMNP.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

Quando observado por setor de entidade de gestão, no público, 73,0% do pessoal está integrado num quadro, valor que é significativamente superior relativamente ao ano anterior (60,6%). Essa percentagem é inferior no setor privado, com 62,4%, verificando-se um aumento no setor privado da percentagem de pessoal integrado nos quadros de 2022 para 2023 (gráfico 19).

Gráfico 19 – Monumentos Nacionais visitáveis com pessoal no quadro por setor de gestão (2022 e 2023) (%)



Fonte: OPAC, IMNP.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

Quando desagregado por entidades de gestão, no setor público, os MN geridos pelo MC apresentam em 2023, percentagens elevadas de pessoal integrado no quadro (85,0%), verificando-se mesmo um crescimento relativamente ao ano anterior (quadro 14). É, aliás, nesta entidade, que estes valores são mais elevados em todo o período observado do IMNP, com uma relativa estabilidade no período 2018-2023. Nos municípios também se verificou um aumento de pessoal integrado no quadro em 2023 face a 2022 (de 58,7% para 61,4%), sendo que a evolução no período 2018-2023 é inconstante. Para o setor privado, quer a Igreja Católica, mas sobretudo as outras entidades privadas apresentam valores elevados de pessoal integrado no quadro (60,9% e 63,6% respetivamente), com ligeiras oscilações em 2023 face a 2022: no caso da Igreja Católica aumentou e nas outras privadas diminuiu, ainda que ligeiramente. Quando observada a série 2018-2023, a Igreja Católica mantém este valor relativamente estabilizado, mas nas outras privadas a oscilação é mais evidente.

Quadro 14– Evolução do peso do pessoal no quadro face ao total de pessoal por ano e por entidade de gestão (%)

Entidade de gestão	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Ministério da Cultura	72,4	72,3	76,7	70,0	71,2	85,0
Municípios	51,0	35,2	60,4	51,5	58,7	61,4
Outras públicas	73,6	34,0	50,0	54,8	42,4	78,7
Igreja Católica	60,6	59,8	49,4	55,2	59,2	60,9
Outras privadas	39,5	79,7	81,7	88,4	64,3	63,6
Mista	100,0	92,3	81,6	65,4	48,0	51,7
Total	61,7	52,0	67,0	63,8	60,8	64,6

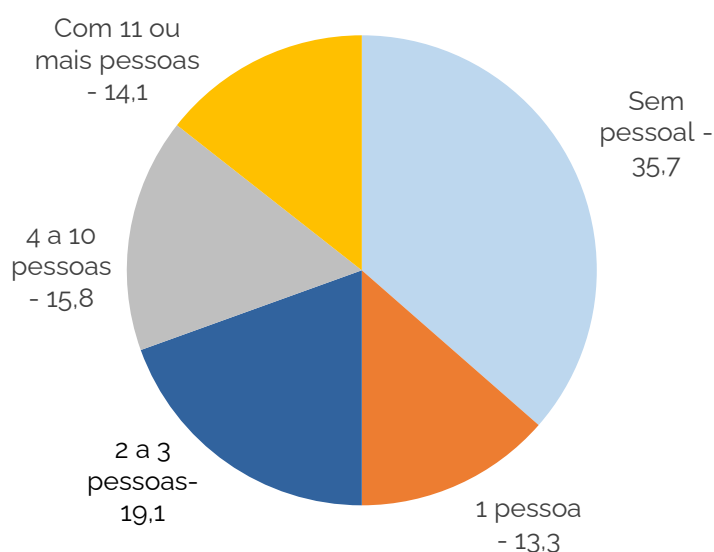
Fonte: OPAC, IMNP.

Base: Respostas válidas por categoria.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

Quando observados relativamente ao escalão dos RH no quadro (gráfico 20), evidenciam-se os MN que indicam não ter pessoal no quadro (35,7%). Nos que indicam ter pessoal no quadro observam-se essencialmente estruturas de 2-3 pessoas (19,1% em 2023) e 15,8%% apresenta uma estrutura de RH entre as 4-10 pessoas no quadro. Em 2023, são mais comuns monumentos com uma estrutura com 11 ou mais pessoas (14,1%) do que com 1 pessoa (13,3%), sendo este escalão o menos representado em termos de quadro de pessoal no ano de 2023.

Gráfico 20 – Monumentos Nacionais visitáveis por escalão do pessoal no quadro (2023) (%)



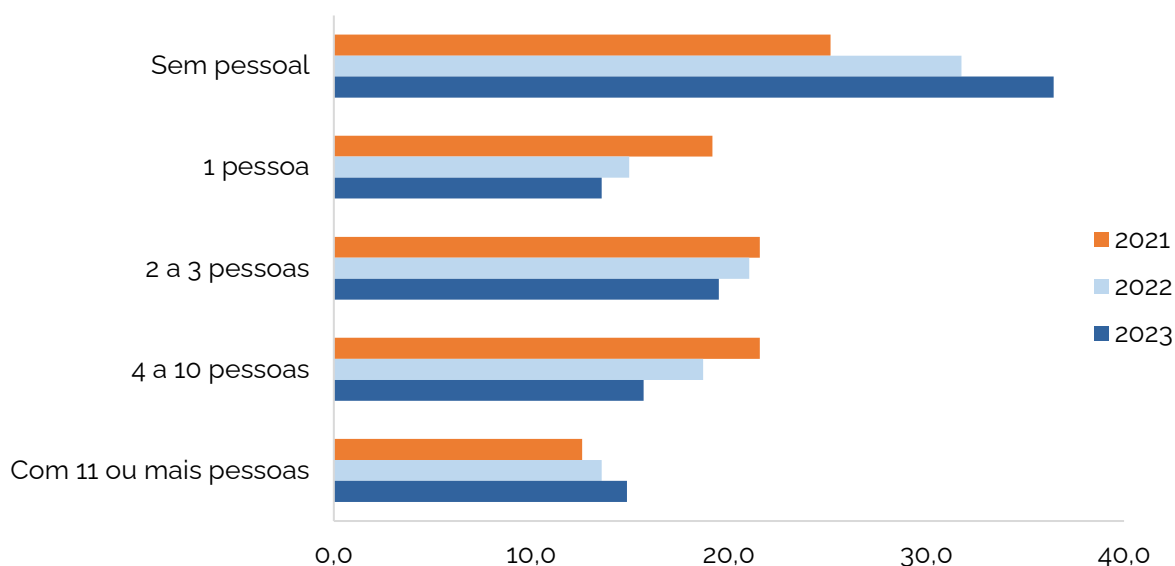
Fonte: OPAC, IMNP.

Base: Excluem-se as não respostas.

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

Face a 2022 diminuíram os MN com estruturas de RH em todos os escalões, em percentagens variáveis, com exceção do escalão 11 ou mais pessoas que aumentou cerca de um ponto percentual. Também aumentaram os MN visitáveis sem pessoal no quadro (gráfico 21).

Gráfico 21 – Monumentos Nacionais visitáveis por escalão de pessoal no quadro por ano (2021-2023) (%)



Fonte: OPAC, IMNP.

Base: Base: 167 (2021), 214 (2022), 236 (2023)

OPAC Observatório
Português das
Atividades Culturais

Quando observado com 2021 – ainda ano da pandemia – as maiores diferenças observam-se no escalão de sem pessoal, bastante menos relevante nesse ano que em 2023, e para as quais as medidas de minimização de impactos negativos da pandemia poderão explicar. Nos restantes escalões observa-se uma diminuição dos mesmos entre 2021 e 2023, com exceção do escalão de 11 ou mais pessoas, que tem vindo a crescer.

Em termos de tutelas (quadro 15), no setor público, é no Ministério da Cultura que o escalão de RH no quadro de 11 ou mais pessoas em 2023 é mais relevante (33,3%), situação que tem vindo a aumentar desde 2021. De seguida, verifica-se no MC, monumentos com estruturas de recursos humanos em escalões baixos (1 pessoa 18,5% e 2-3 pessoas 14,8%).

No caso dos municípios, prevalecem estruturas com quadro de pessoal pequenas (2-3 pessoas, 34,7%), situação já verificada em 2022 e 2021, sendo este escalão prevalente no caso dos municípios, onde também se tem observado uma diminuição de escalões grandes de pessoal. No caso de outras entidades públicas, em 2023 prevalecem escalões de pessoal no quadro altos (4-10 pessoas, 38,5%) e muito altos (11 ou mais pessoas, 30,8%).

Esta situação é semelhante ao que havia sido observado em 2022, com um pequeno aumento em 2023 face a 2022 do escalão de pessoal no quadro de 11 ou mais pessoas. De uma forma geral é nas outras entidades públicas que se observam estruturas de recursos humanos integrados em quadros de pessoal mais expressivas.

No caso do setor privado (ainda quadro 15), os MN visitáveis geridos pela Igreja Católica em 2023 caracterizaram-se por escalões de pessoal no quadro entre as 2 e as 10 pessoas (2-3 pessoas com 13,1%, a mesma percentagem para o escalão 4-10 pessoas). Menos relevantes são estruturas muito grandes (11 ou mais pessoas) ou muito pequenas (1 pessoa). Com exceção do ano de 2021, que poderá ser explicado com as medidas de minimização da pandemia, observa-se na Igreja Católica uma operação tendo em conta estruturas pequenas ou então altas. Relativamente às outras entidades privadas, em 2023 observa-se a prevalência de estruturas de pessoal no quadro altas (4-10 pessoas) ou muito altas (mais de 11 pessoas), embora este último escalão tenha conhecido um decréscimo face ao ano anterior (34,6% em 2022 e 28,6 em 2023). Nestas entidades, sobretudo fundações, prevalecem estruturas de pessoal no quadro grandes algo que se observa desde 2021, neste ano no escalão de 4-10 pessoas.

Quadro 15 - Escalão do pessoal no quadro por entidade de gestão e por ano (2022 e 2023) (% em linha)

Entidade de gestão	Escalão do pessoal no quadro					Base
	Sem pessoal	1 pessoa	2 a 3 pessoas	4 a 10 pessoas	Com 11 ou mais pessoas	
Ano 2022						
Ministério da Cultura	36,4	21,2	9,1	12,1	21,2	33
Municípios	19,0	19,0	34,9	20,6	6,3	63
Outras públicas	14,3	0,0	14,3	42,9	28,6	7
Igreja Católica	44,2	11,7	18,2	18,2	7,8	77
Outras privadas	19,2	11,5	15,4	19,2	34,6	26
Mista	50,0	12,5	12,5	12,5	12,5	8
Total	31,8	15,0	21,0	18,7	13,6	214
Ano 2023						
Ministério da Cultura	25,9	18,5	14,8	7,4	33,3	27
Municípios	28,0	17,3	34,7	16,0	4,0	75
Outras públicas	15,4	7,7	7,7	38,5	30,8	13
Igreja Católica	57,1	8,3	13,1	13,1	8,3	84
Outras privadas	14,3	17,9	14,3	25,0	28,6	28
Mista	44,4	11,1	0,0	11,1	33,3	9
Total	36,4	13,6	19,5	16,1	14,4	236

Fonte: OPAC, IMNP.

Base: Respostas válidas por categoria.

Em síntese, em 2023, a estrutura de recursos humanos dos MN visitáveis em Portugal é caracterizada por ser muito diversa e heterogénea, contemplando situações em que não há pessoal ao serviço, até situações onde se encontram mais de 11 pessoas ao serviço. A maior prevalência nesse ano parece verificar-se em estruturas compostas por 1 pessoa e 4-10 pessoas, que representavam ambos 28,0% da estrutura de recursos humanos dos MN visitáveis. Relativamente ao ano anterior, verifica-se um aumento de MN visitáveis com estruturas de pessoal ao serviço muito altas (11 ou mais pessoas), assim como monumentos que não têm qualquer pessoal. Nos restantes escalões de pessoal ao serviço verificou-se uma descida em todos, em relação a 2022, menos expressiva, contudo no escalão 4-10 pessoas.

No caso do pessoal no quadro, a situação mais comum é mesmo a inexistência de pessoal no quadro (36,4% em 2023), o que ainda configura um modelo de atuação com recursos não permanentes (nos quais se deve considerar os voluntários). Tal como no caso do pessoal ao serviço, também no pessoal no quadro, relativamente a 2022, aumentou o escalão de monumentos com estruturas de recursos humanos muito altas (11 ou mais pessoas), enquanto todas as restantes apresentaram diminuições.

Pelo setor da entidade de gestão, em 2023, os monumentos geridos pelos privados têm o maior número de pessoas ao serviço, incluindo o conjunto de pessoas não permanentes (bolseiros, estagiários, avençados, entre outros), sendo que é no setor público que se observa uma maior percentagem de pessoas com vínculos permanentes (73,0% de pessoal ao serviço integrado no quadro), com variações que são relevantes de ano para ano. O Ministério da Cultura é, individualmente, a entidade de gestão com a maior percentagem de pessoal permanente em relação ao número total de pessoal ao serviço (85,0%), verificando-se ao longo do IMNP uma continuidade relativamente a esta situação.

Quando cruzado com o escalão de visitantes observa-se uma relação de proporcionalidade entre os MN com mais visitantes e o número de pessoal ao serviço (quadro 16).

Quadro 16 – Média de pessoal ao serviço e de pessoal no quadro por escalões de visitantes (2023)

Escalão de visitantes dos MN	Média de total de pessoas ao serviço	Média de total de pessoas no quadro
Muito grande	25,6	21,4
Grande	18,6	14,3
Pequeno	11,0	6,6
Muito pequeno	3,3	1,4
Sem controlo de visitantes	6,7	4,3
Média Total	8,7	5,6

Fonte: OPAC, IMNP.

Desta forma, os monumentos que apresentam escalões de visitantes mais elevados têm também mais pessoal ao serviço e, dentro deste, mais permanente, enquanto os que se enquadram em escalões de visitante mais baixos, têm menos pessoal ao serviço e no quadro. São poucos os MN com muitos visitantes e estes poucos congregam estruturas de recursos humanos mais fortes.

4. ENQUADRAMENTOS RELATIVAMENTE À ABERTURA AO PÚBLICO E ÀS ALTERAÇÕES NAS TUTELAS PÚBLICAS

Em 2024, ano em que foi realizada este inquérito, implementou-se um novo modelo de administração do património cultural, resultante da desagregação da Direção Geral do Património Cultural (DGPC) e criação de dois novos organismos Património Cultural, Instituto Público (PC, IP) e Museus e Monumentos de Portugal, Empresa Pública (MMP, EPE)

A alteração nas tutelas do património cultural inclui também um novo quadro de competências atribuídas às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, transformadas em institutos públicos em 2023, e que em 2024 adquiriram competências na administração e gestão do património cultural. A mesma situação verifica-se em relação às autarquias, processo iniciado há já mais tempo. Estas alterações tiveram reflexo na gestão nos bens patrimoniais, classificados e não classificados, e por inerência nos Monumentos Nacionais.

Muito embora os dados recolhidos sejam respeitantes ao ano de 2023, ano em que estas alterações não se fazem ainda sentir no terreno, a estrutura de recolha de informação e de inquirição esteve em consonância com o novo quadro.

Desta forma, perspetivando os impactos da alteração orgânica e de tutela nas dimensões objeto de análise do IMNP, o questionário de 2024, incluiu um módulo de resposta composto por duas perguntas abertas que procuraram recolher informações junto do responsável do monumento/responsável pelo preenchimento do questionário, relevantes para descrever a situação do Monumento Nacional em 2023 relativamente à abertura ao público (Pergunta 6.1) e ainda, caso fosse um Monumento Nacional de tutela pública, aspetos relevantes para enquadrar o preenchimento do questionário e as respostas dadas tendo em conta as alterações implementadas no início de 2024, designadamente: maior facilidade/ou dificuldade no acesso aos dados; mudança de responsável do Monumento Nacional; mudança de entidade de gestão; entre outros (Pergunta 6.2).

4.1. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DESCREVER A SITUAÇÃO DO MONUMENTO NACIONAL EM 2023 RELATIVAMENTE À ABERTURA AO PÚBLICO

Foram submetidas 129 respostas referentes a várias situações que foram identificadas pelos MN, no que diz respeito à sua situação em relação à abertura ao público. As respostas obtidas foram codificadas em temas a partir dos quais foram analisadas (quadro 17).

Quadro 17 – Quantificações das respostas por temática: informações relevantes para descrever a situação do Monumento Nacional em 2023 relativamente à abertura ao público

Temática	Número
Modelo de visita	30
Modelo de visita	22
Aberturas esporádicas	8
Utilizações diferenciadas	28
Horários	27
Horários de abertura	24
Horários diferenciados	3
Intervenções necessárias	15
Protocolos	10
Tutela	7
Alteração na tutela	6
Tutelas variadas	1
Valências e programação	5
Recursos Humanos	4
Falta de pessoal	3
Direitos dos trabalhadores	1
Aumento de visitantes	2
Acessibilidade	1
Nada a relatar	12

Fonte: OPAC, IMNP.

Notas: i) codificação não exclusiva;
ii) os dados resultam da codificação das respostas obtidas em pergunta aberta.



As respostas foram submetidas por MN por entidades de todos os setores de gestão (públicos, privados e mistos). Analisam-se as respostas que têm uma relação direta com o que se perguntava – a situação do MN relativamente à abertura ao público.

A maioria dos MN relatou as condições de abertura e/ou horários de funcionamento, indicando mesmo os dias e horas em que se encontram abertos ao público, enquadrados pelo modelo de abertura em que foi indicada a abertura esporádica ou a entrada em regime livre. Tantos os MN de gestão pública, como privada prestaram essas informações.

Também a questão das utilizações diferenciadas foi referida pelos MN:

A [...] é, originária e prioritariamente, destinada à celebração do culto da Igreja Católica. A abertura ao público é apenas condicionada durante as celebrações litúrgicas. Tem visitas guiadas, quando pedidas por grupos específicos.

[89, Igreja Católica, Alentejo, Sem controlo de visitantes]

Dada a especificidade do edifício e sua utilização, o mesmo não visa ser visitado e explorado de modo massificado. Assim, a abertura ao público não é claramente o objetivo principal da existência e do funcionamento deste equipamento.

[59, Outras públicas, Centro, Muito pequeno]

O Monumento está aberto ao público pois nele funciona os Paços do Concelho com todos os serviços inerentes de uma autarquia.

[64, Município, Madeira, Sem controlo de visitantes]

As intervenções necessárias, nomeadamente as de conservação ou reabilitação foram ainda indicadas como sendo relevantes para a relação do MN na abertura ao público, uma vez que é a razão pela qual os MN não o puderam fazer:

O Castelo de [...] esteve encerrado a partir de outubro de 2023 até final de ano, por motivos de obras de requalificação.

[83, Município, Alentejo, Muito pequeno]

A decorrer a 3ª fase de obras de recuperação e requalificação do monumento, limitando o tipo de atividades a desenvolver e a receção de público.

[104, Município, AML, Pequeno]

A definição e estabelecimento de protocolos foram ainda indicados como sendo relevantes na relação da abertura do MN com o visitante. São relatados protocolos com autarquias, mas também com outras instituições, como sendo garantia da abertura do MN:

A [...] já mantinha uma abertura regular garantida pela paróquia, a qual foi reforçada ao abrigo do protocolo com o [...], permitindo também a contagem de visitantes.

[243, Igreja Católica, Alentejo, Pequeno]

A [...] foi entregue em uso e administração à Fábrica da Igreja de [...] para culto católico. Conta com o apoio do Município de [...] para a sua promoção cultural e turística, através da disponibilização de um técnico do Núcleo de Turismo, Desportos e Tempos Livre do Município para a orientação de visitas guiadas ao Monumento Nacional.

[193, Mista, Centro, Sem controlo de visitantes]

O espaço museológico da Capela de [...] não tem nenhuma pessoa a tempo inteiro. Contudo, tivemos uma estagiária, uma assistente técnica e um técnico superior que garantiram a abertura e as visitas ao espaço. O espaço foi ainda incluído no ano de 2023 no regulamento do Museu

Municipal de [...]

[58, Município, Centro, Muito pequeno]

Foram ainda referenciadas questões relacionadas com a tutela, quer no sentido da sua alteração, quer na existência de tutelas diferenciadas para um mesmo MN ou ainda tutelas variadas. Na primeira situação é ao nível dos MN públicos que mais situações foram relatadas.

Como o Monumento Nacional está sob tutela de 3 entidades não é fácil apurar o número concreto de funcionários (...)

[24, Mista, Norte, Sem controlo de visitantes]

4.2. ALTERAÇÕES RELATIVAMENTE À TUTELA

Foram submetidas 76 respostas para esta pergunta, em que 75% corresponderam a respostas de MN com tutela pública, objeto prioritário da pergunta e que importa caracterizar. A maioria das respostas (49,1%) foram dadas por MN sob tutela dos municípios, tendo ainda respondido MN na tutela do Património Cultural, IP (22,8%), na tutela de Museus e Monumentos de Portugal, EPE (14%), de outras tutelas públicas (12,2%).

No caso dos MN que têm os municípios como entidade de gestão, a maioria não identificou qualquer alteração ou tem informação a acrescentar em relação à alteração na estrutura da administração do património no concretizada no início de 2024.

Desde julho de 2023 que não há alterações ao funcionamento e recursos humanos afetos ao monumento.

[5, Município, Norte, Muito pequeno]

Sem alterações no ano de 2024

[72, Município, Norte, Sem controlo de visitantes]

Dos que referenciaram alguns aspetos, estes identificaram as alterações orgânicas no âmbito do município que foram verificadas

Em 2024 a gestão passou a ser da responsabilidade da Divisão de Cultura e do Serviço de Associativismo.

[92, Município, Centro, Muito pequeno]

De uma forma geral, os MN de tutela municipal que fizeram considerações relativamente à alteração do quadro administrativo, salientaram aspetos positivos nas alterações verificadas

A mudança de tutela da Direcção Regional Cultura (...) para a Câmara Municipal (...) foi boa pois o Município está mais próximo do monumento e em termos de qualquer intervenção as coisas são mais rápidas e com menos burocracia.

[1, Município, Alentejo, Muito pequeno]

O monumento deixou de ser tutelado pela ex-Direção Regional de Cultura (...) e passou para o município (...) que implantou uniformização de preços e horários entre os espaços monológicos do conselho.

[105, Município, Alentejo, Muito pequeno]

Nos MN cuja tutela passou para o Património Cultural, Instituto Público em 2024, 46% apenas indicou a passagem formal de instituições ou da não existência de alterações:

No dia 31 de dezembro de 2023, a Direcção Regional de Cultura (...) foi extinta, ao abrigo da reorganização dos organismos culturais em Portugal, e o (...) foi integrado na gestão do Património Cultural, I.P., no dia 1 de janeiro de 2024.

[125, Ministério da Cultura, Norte, Muito pequeno]

A tutela foi alterada, da DRC para o Património Cultural, I. P. mas, neste momento, não existe qualquer tipo de alteração na gestão e funcionamento do Monumento.

[115, Ministério da Cultura, Norte, Muito pequeno]

Entra as respostas que indicaram aspetos relevantes salientam-se as dificuldades decorrente do processo de alteração administrativo ao nível do acesso a informações ou ao constrangimento com visitas:

O término da Direção Regional de Cultura (...) e a separação deste monumento do (...) dificulta o acesso a dados e a informações concretas.

[108, Ministério da Cultura, Norte, Sem controlo de visitantes]

A tutela do bem passou para o Património Cultural, IP, no início de 2024. (...) Mantem-se encerrado ao público, sendo parcialmente visitável em eventos.

[112, Ministério da Cultura, Alentejo, Sem controlo de visitantes]

Embora menos frequente (7,6%), foi ainda observado que as alterações decorridas trouxeram melhorias no funcionamento dos MN:

Com a mudança institucional operada em 2024 e com as alterações implementadas, temos vindo a verificar uma maior eficácia e celeridade no acesso aos dados e na resolução de problemas, facilitada pela mudança de responsável do Monumento e também pelo facto de a coordenação se encontrar permanentemente no espaço, o que não acontecia.

[114, Ministério da Cultura, Centro, Pequeno]

Já nos MN cuja tutela transitou para a Museus e Monumento de Portugal, Empresa Pública, os aspetos que foram salientados no âmbito dos processos de alteração apenas referem a mesma e apenas um caso indicou a existência de dificuldades:

A 1 de janeiro de 2024 houve alteração na entidade de gestão deste Monumento ficando a cargo da Museus e Monumentos de Portugal, EPE.

[199, Ministério da Cultura, Centro, Grande]

Constrangimentos de ordem orçamental para dinamização do programa cultural (muito abaixo do desejável e previsto) e de ordem administrativa: o pagamento a fornecedores foi muito demorado, por vezes na ordem dos 4 e 5 meses de atraso.

[39, Ministério da Cultura, Centro, Grande]

De uma forma geral, os MN limitaram-se a dar conta da passagem de entidade de tutela e/ou gestão, não salientando grandes aspetos relativamente a essa passagem. Nos casos em que o fizeram, aspetos mais positivos foram assinalados pelos MN tutelados por municípios e registadas dificuldades em MN que transitaram para a tutela do PC, I.P., sendo estas relacionadas com o acesso à informação ou os constrangimentos na visitação (horário de aberturas ou pessoal para garantir a mesma) os aspetos referidos.

NOTAS FINAIS

Os resultados da sexta edição do Inquérito aos Monumentos Nacionais de Portugal (IMNP), com dados relativos a 2023, são aqui analisados, em algumas dimensões com séries temporais que remontam a 2017. Com esta edição passamos a dispor de uma série de seis anos sobre utilização, acesso público e recursos humanos, bem como uma série de sete anos sobre os visitantes.

Face à edição do ano anterior, importa assinalar a estabilização do número de MN inquiridos (349 em 2023 para 345 em 2022), assim como do número de monumentos que responderam (252 em 2022 para 258 em 2023). A maior alteração relativamente ao ano anterior foi o aumento do número de monumentos observados (225 em 2022 face a 241 em 2023), correspondendo simultaneamente a um aumento de monumentos que estão visitáveis. Estes resultados são ainda reflexo do interesse que o projeto vem despertando entre as respetivas tutelas, diretores e responsáveis. Os MN observados incluem seis categorias de entidades de gestão, públicas e privadas, o que, juntamente com a abrangência geográfica permite comprovar o alcance deste inquérito.

De notar que a vasta maioria dos MN esteve aberto e visitável em 2023, sendo que mais de 66% indicou ter uma função que não apenas a função cultural, sendo acentuada a função religiosa.

Do ponto de vista dos resultados, o dado que se destaca de imediato é o número de visitantes em 2023, que se cifra em mais de 15,6 milhões, um aumento de mais 20% face ao ano transato e o valor mais alto de sempre registado na série decorrente do IMNP. Este aumento acompanha o observado, à escala internacional, no domínio patrimonial onde se verificou números muito elevados de visitantes nos locais históricos e sítios arqueológicos, suplantando já os valores observados em 2019 que é tomado como o último ano de funcionamento em pleno. Os números de visitantes nos Monumentos Nacionais de Portugal estão ainda em consonância com o que se verificou noutros domínios, como os museus, embora nestes os valores de 2019 não tenham sido ainda atingidos em 2023, a uma escala global.

Na edição presente, dá-se ainda conta da resposta integral dos monumentos que compõem o conjunto Património Mundial Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, algo que não se verificou em edições anteriores, e cujos resultados foram também observados em algumas dimensões, nomeadamente na relação entre recursos humanos e entidades de gestão. A contribuir para o crescimento dos visitantes está o retorno dos estrangeiros

aos circuitos de visitação, embora ainda em percentagens menores face ao ano de 2019, mantendo-se o peso dos visitantes nacionais. As visitas escolares conheceram igualmente um crescimento face ao ano anterior, mantendo-se um padrão de evolução desta categoria de visitantes desde antes da pandemia, ainda que correspondam a contingentes reduzidos. Na modalidade de visitas orientadas, embora se tenha observado um crescimento relativamente ao ano anterior, a sua evolução dá conta da utilização desta modalidade no período de recuperação da pandemia e a sua sequente perda de relevância.

Um outro dado que aqui se destaca refere-se aos recursos humanos. Constatase o aumento quer do pessoal ao serviço, quer do pessoal pertencente aos quadros, funcionando os MN, de uma forma geral com estruturas de recursos humanos relativamente pequenos, com uma percentagem ainda relevante de MN que operam sem pessoal ao serviço ou no quadro.

Do ponto de vista da atualização dos dados nas dimensões que constituem o objeto central do estudo, são matérias que importa continuar a acompanhar na próxima edição, procurando que sejam resolvidas as dificuldades de resposta por parte de algumas entidades de gestão sempre com o objetivo de melhorar o conhecimento sobre o património cultural imóvel português.

WEBGRAFIA

[OPAC-Observatório Português das Atividades Culturais](#)

[Instituto Nacional de Estatística \(INE\)](#)

[Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E.](#)

[Património Cultural, I. P.](#)

LEGISLAÇÃO

[Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro](#). <Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural>.

[Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro](#). <Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda>.

[Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro](#). <Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da cultura>.

[Decreto-Lei n.º 4/2022, de 4 de janeiro](#). <Altera valores a transferir para os municípios no âmbito do processo de descentralização no domínio da cultura>.

[Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio](#). <Procede à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos>.

[Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro](#). <Procede à criação do Património Cultural, I. P., e aprova a respetiva orgânica>.

[Decreto-Lei n.º 79/2023, de 4 de setembro](#). <Procede à criação da Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E.>

[Regulamento Delegado \(UE\) 2023/674 da Comissão, de 26 de dezembro de 2022](#). <Altera os anexos do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)>.

REFERÊNCIAS

BVA BDRC. (2024). [Visitor Attraction Trends in England 2023. Annual Report for Heritage Counts Prepared for Historic England](#). Historic England.

Cheshire, L. & Silva, J. (2024). The 100 most popular art museums in the world—blockbusters, bots and bounce-backs. The Art Newspaper [online]. <https://www.theartnewspaper.com/2024/03/26/the-100-most-popular-art-museums-in-the-world-2023>.

DEPS-MC. (2024). [Patrimostat Fréquentation des patrimoines 2023](#). Département des études, de la prospective, des statistiques et de la documentation.

- Hellenic Statistical Authority. (2024). [*Survey on Museums and Archaeological Sites Attendance August 2024*](#) [online].
- ISTAT. (2024). [*Visitatori e introiti di musei, monumenti e aree archeologiche statali per regione - Anni 2023-2022*](#) [online]. Istituto Nazionale di Statistica.
- INE (2024), [*Estatísticas da Cultura 2023*](#). Instituto Nacional de Estatística.
- Macedo, S. C., Lima, M. J., Neves, J. S. & Santos, J. (2023). [*Os Monumentos Nacionais de Portugal e a abertura ao público \(2017-2022\): principais indicadores*](#). Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Macedo, S. C., Santos, J., Neves, J. S. & Lima, M. J. (2025). [*Os Monumentos Nacionais de Portugal e a abertura ao público \(2023\): principais indicadores*](#). OPAC-Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte. DOI: <https://doi.org/10.15847/CIESOPACBR012025>.
- Neves, J. S., Macedo, S. C. & Santos, J. (2020). [*Cultural Heritage Valorisation and the public access to National Monuments*](#). In R. Amoêda, S. Lira e C. Pinheiro (eds.), *Heritage 2020 Proceeding of the 7th International Conference on Heritage and Sustainable Development* (27-37). Green Lines Institute for Sustainable Development.
- Neves, J.S., Macedo, S.C. & Santos, J. (2023), [*Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público em 2021*](#). Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Neves, J. S., Macedo, S.C., Santos, J. & Lima, M. J. (2024), [*Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público em 2022*](#). Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Neves, J. S., Macedo, S. C., Santos, J. & Miranda, A. P. (2020a), [*Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público. Primeiros Resultados*](#). Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Neves, J. S., Macedo, S. C., Santos, J. & Miranda, A. P. (2020b), [*Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público em 2019*](#). Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Neves, J.S., Macedo, S.C., Santos, J. e Miranda, A.P. (2021). [*Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público em 2020*](#). Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Neves, J. S., Macedo, S. C., Lima, M. J., Santos, J. & Miranda, A. P. (2020). [*Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público: impactos decorrentes da COVID-19. Relatório*](#). Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Observatori dels publics del patrimoni cultural de Catalunya. (2024). [*Recompte de visitants dels equipaments patrimonials de Catalunya. Evolució 2016-2023*](#). Observatori dels publics del patrimoni cultural de Catalunya, Centres de Recerca de Catalunya, Institut Català de recerca en Patrimoni Cultural.
- Patrimonio Nacional. (2024). [*Estadísticas visitantes 2023*](#). Patrimonio Nacional.
- Turismo de Portugal. (2023). *Turismo em números, 2023*. TravelBI, Turismo de Portugal.

ANEXOS

ANEXO A. QUESTIONÁRIO

DA SALVAGUARDA À VALORIZAÇÃO: OS MONUMENTOS NACIONAIS DE PORTUGAL E A ABERTURA AO PÚBLICO

No âmbito do estudo **Da salvaguarda à valorização: os Monumentos Nacionais de Portugal e a abertura ao público**, o OPAC iniciou em 2019 o **Inquérito aos Monumentos Nacionais de Portugal**.

A presente sexta edição tem como principal objetivo a continuação da recolha de informação, agora referente ao ano de **2023**, no que toca: à gestão, ao responsável, à abertura ao público e utilização, visitantes, recursos humanos e enquadramentos relativamente à abertura ao público e às alterações nas tutelas públicas.

A equipa do estudo agradece toda a colaboração!

José Soares Neves (diretor do OPAC)

Sofia Costa Macedo, Jorge Santos, Maria João Lima

Maio de 2024

1. SOBRE O MONUMENTO NACIONAL

P1.1. Designação do Monumento Nacional

P1.2. Entidade que gere o Monumento Nacional

2. RESPONSÁVEL PELO MONUMENTO NACIONAL

P2.1. Cargo (diretor, gestor, coordenador, outro)

P2.2. Nível de escolaridade (*mais elevado que concluiu*)

Ensino básico (até ao 3º ciclo/antigo 9º ano) |__|

Ensino secundário (12º ano/antigo 7º ano do liceu) |__|

Curso técnico superior profissional..... |__|

Bacharelato (inclui antigos cursos médios)..... |__|

Licenciatura |__|

Mestrado |__|

Doutoramento |__|

P2.3. Área de formação _____

3. ABERTURA AO PÚBLICO E UTILIZAÇÃO DO MONUMENTO NACIONAL

P3.1. Em 2023 qual a situação do Monumento Nacional quanto à possibilidade de receber visitas?

Visitável..... |__|

Visitável, embora encerrado ao público todo o ano

(por motivo de obras ou outro)..... |__| (Passa para **P3.1.1.**)

Não visitável/ Deixou de estar visitável..... |__| (Passa para **P3.1.2.**)

P3.1.1. Qual o motivo para o encerramento em 2022?

(Passa para **P6.1.**)

P3.1.2. Porque deixou de estar visitável?

(Passa para **Questionário preenchido por:**)

P3.2. Regime de abertura ao público em 2023:

Permanente

(aberto todo o ano, com horário normal/regular) |__|

Sazonal

(aberto uma parte do ano, com horário normal/regular) |__|

Esporádico

(aberto apenas quando solicitado, não tem horário regular) |__|

Acesso livre |__|

P3.3. Refira o número de dias em que esteve aberto ao público no ano de 2023 |__|__|__|

P3.4. Ano de abertura ao público.....|__|__|__|

Caso o ano de abertura seja indeterminado, indique se possível uma data aproximada.

P3.5. Sendo um Monumento Nacional visitável, para além da utilização cultural (interpretativa e expositiva), existe no espaço do Monumento outra utilização não cultural (p.e. residencial, comercial, religiosa...)?

Sim ☐

Não ☐ (Passa para **P4.1.**)

P3.5.1. Se sim, assinale entre as abaixo referidas que utilização/s:

Residencial ☐

Comercial ☐

Religiosa ☐

Alojamento (turismo)..... ☐

Política/Administrativa..... ☐

Outra/s ☐

Qual? _____

4. VISITANTES DO MONUMENTO NACIONAL

P4.1. O Monumento Nacional tem controlo de visitantes?

(Por controlo de visitantes compreende-se o seu registo quantitativo sistemático)

Sim ☐

Não..... ☐ (Passa para **P5.1.**)

P4.2. Visitantes em 2023

(Preencha todas as categorias para as quais possui dados. No caso de não ter dados coloque um 0.)

Total de visitantes

Dos quais:

Com entrada gratuita

Estrangeiros

Em grupos escolares

Em visitas orientadas

Por visitante compreende-se a pessoa que visita o espaço do Monumento Nacional, utiliza os serviços eventualmente disponíveis (biblioteca, centro de documentação, entre outros) e/ou frequenta as atividades realizadas (concertos, conferências, entre outras). Excluem-se as entradas para o restaurante, a cafetaria, a loja ou outros equipamentos, quando independentes, assim como as visitas virtuais do sítio na Internet.

5. RECURSOS HUMANOS DO MONUMENTO NACIONAL

P5.1. Total de pessoas ao serviço no Monumento Nacional em 2023

(integradas ou não no quadro da tutela ou de quem está afeto ou gere, incluindo estagiários, bolseiros e voluntários)

|_|_|

P5.2. Total de pessoas ao serviço no quadro no Monumento Nacional em 2023 que trabalham em permanência no Monumento *(da tutela ou de quem está afeto ou gere)*.....

|_|_|

6. ENQUADRAMENTOS RELATIVAMENTE À ABERTURA AO PÚBLICO E ÀS ALTERAÇÕES NAS TUTELAS PÚBLICAS

P6.1. Por favor, deixe aqui outras informações que considere relevantes para descrever a situação do Monumento Nacional em 2023 relativamente à abertura ao público.

P6.2. Caso seja um Monumento Nacional de tutela pública agradecemos que refira aspetos que considere relevantes para enquadrar o preenchimento deste questionário e as respostas dadas tendo em conta as alterações implementadas no início de 2024, designadamente: a maior facilidade/ou dificuldade de acesso aos dados; a mudança de responsável do Monumento Nacional; a mudança de entidade de gestão; outros aspetos.

Questionário preenchido por:

Nome

Cargo

E-mail

Em caso de dúvida por favor contacte a equipa pelo endereço opac.cies@iscte-iul.pt.

Muito obrigado pela sua colaboração!

ANEXO B. INDICADORES DE VISITANTES DOS MN POR ANO (2017-2023)

Indicadores	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Total de visitantes	11 183 801	11 964 728	12 674 362	4 587 114	6 008 526	13 000 125	15 645 644
Região							
Norte	2 777 387	3 705 141	4 178 415	2 042 631	2 800 383	5 390 278	6 502 125
Centro	2 414 867	2 327 968	2 474 630	785 584	973 101	2 274 105	2 738 307
AML	4 487 100	4 351 701	4 308 850	1 173 449	1 373 747	3 762 186	4 504 367
Alentejo	763 033	783 730	929 458	296 678	462 761	841 896	1 059 426
Algarve	741 414	796 188	783 009	287 394	393 534	729 263	837 855
Açores	-	-	-	1 378	5 000	-	-
Madeira	-	-	-	-	-	2 397	3 564
Categoria arquitetónica							
Religiosa	4 780 422	5 247 052	5 984 313	2 477 665	3 067 961	6 968 189	8 772 293
Militar	4 678 756	4 871 422	5 076 005	1 747 228	2 192 281	4 303 340	4 894 595
Civil	1 191 595	1 287 212	1 220 011	214 034	259 046	1 235 717	1 383 529
Mista	317 186	289 804	266 431	148 187	151 727	305 533	353 564
Não definida	215 842	269 238	127 602	-	337 511	187 346	241 663
Entidade de gestão							
Ministério da Cultura	4 057 685	3 894 161	3 849 957	1 296 718	1 260 059	3 199 437	3 535 188
Municípios	2 784 040	2 907 475	3 037 855	1 082 592	1 561 458	3 164 484	3 463 630
Outras públicas	1 098 309	1 116 348	1 256 817	137 198	169 273	637 888	1 029 931
Igreja Católica	2 049 135	2 692 146	3 340 548	1 647 485	2 082 746	4 392 657	5 585 813
Outras privadas	990 836	1 095 375	1 059 311	402 739	901 071	1 542 163	1 847 617
Mista	203 796	259 223	129 874	20 382	33 919	63 496	183 465
Escalão de visitantes							
Muito grande	4 952 640	4 993 279	5 655 618	900 000	1 569 313	5 569 570	7 572 977
Grande	5 124 709	5 826 732	5 480 400	2 345 606	2 802 526	5 360 969	5 670 245
Pequeno	975 248	1 019 157	1 365 287	1 171 277	1 448 539	1 821 487	2 199 815
Muito pequeno	131 204	125 560	173 057	170 231	188 148	248 099	202 607
Modalidade de entrada							
Gratuita	1 774 686	1 841 998	1 777 868	1 866 290	2 143 261	3 730 404	4 706 876
Nacionalidade							
Estrangeiros	7 801 728	8 164 538	8 944 382	1 589 521	2 706 442	6 836 613	9 588 872
Grupos escolares	234 582	315 885	225 238	52 130	134 337	311 396	542 959
Visitas orientadas	824 862	908 445	588 207	125 623	615 411	831 197	1 069 488

Base: respostas válidas por categoria.

Fonte: OPAC, IMNP.

ANEXO C. LISTA DE MONUMENTOS NACIONAIS QUE RESPONDERAM AO IMNP 2023

Antigos Paços do Concelho, Viana do Castelo	Castelo de Castro Marim, Castro Marim
Banhos Islâmicos de Loulé, Loulé	Castelo de Celorico da Beira, Celorico da Beira
Basílica da Estrela, Lisboa	Castelo de Elvas, Elvas
Basílica Menor de Torre de Moncorvo, Torre de Moncorvo	Castelo de Guimarães, Guimarães
Capela da Senhora da Orada, Melgaço	Castelo de Lanhoso, Póvoa de Lanhoso
Capela de S. Pedro, Arganil, Arganil	Castelo de Leiria, Leiria
Capela de Santa Iria, Tomar	Castelo de Lindoso, Ponte da Barca
Capela de Santa Maria Madalena do Monte (da Falperra), Braga	Castelo de Linhares da Beira, Celorico da Beira
Capela de Santo Amaro, Lisboa	Castelo de Longroiva, Mêda
Capela de São Pedro, Seia	Castelo de Loulé, Loulé
Capela de São Frutuoso de Montélios, Braga	Castelo de Marialva, Mêda
Capela de São Pedro de Balsemão, Lamego	Castelo de Marvão, Marvão
Capela dos Coimbras, Braga	Castelo de Melgaço, Melgaço
Capela dos Ferreiros, Oliveira do Hospital	Castelo de Mértola, Mértola
Capela em Honra a Nossa Senhora da Penha de França, Ílhavo	Castelo de Mogadouro, Mogadouro
Casa da Alfândega, Funchal	Castelo de Monforte de Rio Livre, Chaves
Casa de Chá da Boa Nova, Matosinhos	Castelo de Montalegre, Montalegre
Casa de Mateus, Vila Real	Castelo de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo
Castelo da Lousã, Lousã	Castelo de Montemor-o-Velho, Montemor-o-Velho
Castelo de Aguiar de Pena, Vila Pouca de Aguiar	Castelo de Noudar, Barrancos
Castelo de Almourol, Vila Nova da Barquinha	Castelo de Numão, Vila Nova de Foz Côa
Castelo de Alter do Chão, Alter do Chão	Castelo de Palmela, Palmela
Castelo de Amieira do Tejo, Nisa	Castelo de Penamacor, Penamacor
Castelo de Ansiães, Carrazeda de Ansiães	Castelo de Penedono, Penedono
Castelo de Arnoia, Celorico de Basto	Castelo de Penela, Penela
Castelo de Beja, Beja	Castelo de Pinhel, Pinhel
Castelo de Belmonte, Belmonte	Castelo de Pombal, Pombal
Castelo de Belver, Gavião	Castelo de Portalegre, Portalegre
Castelo de Bragança, Bragança	Castelo de Portel, Portel
Castelo de Campo Maior, Campo Maior	Castelo de Porto de Mós, Porto de Mós
Castelo de Castelo de Vide, Castelo de Vide	Castelo de Santa Maria da Feira, Santa Maria da Feira
	Castelo de São Jorge, Lisboa
	Castelo de Sesimbra, Sesimbra

Castelo de Silves, Silves	Edifício da Antiga Cadeia e Tribunal da Relação do Porto, Porto
Castelo de Sortelha, Sabugal	Ermida da Imaculada Conceição, Tomar
Castelo de Soure, Soure	Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe, Vila do Bispo
Castelo de Terena, Alandroal	Ermida de Santo André, Beja
Castelo de Tomar, Tomar	Ermida de São Brás, Évora
Castelo de Torres Novas, Torres Novas	Fortaleza de Sagres, Vila do Bispo
Castelo de Trancoso, Trancoso	Forte de S. João Baptista - Ilha da Berlenga, Peniche
Castelo de Vila Viçosa, Vila Viçosa	Forte de Santa Cruz, Horta
Castelo de Vinhais, Vinhais	Forte de Santa Luzia, Elvas
Castelo do Alandroal, Alandroal	Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Beja, Beja
Castelo do Sabugal, Sabugal	Hospital de Santo António, Porto
Castelo dos Mouros, Sintra	Igreja e Convento da Graça, Lisboa
Castelo e Cisterna de Lamego, Lamego	Igreja Catedral de Portalegre, Portalegre
Castelo e Paço dos Condes de Ourém, Ourém	Igreja da Conversão de S. Paulo, Mora
Catedral de Braga, Braga	Igreja da Exaltação da Santa Cruz, Batalha
Catedral de Évora, Évora	Igreja da Misericórdia de Beja, Beja
Catedral de Lamego, Lamego	Igreja da Misericórdia de Santarém, Santarém
Catedral de Santa Maria de Viseu, Viseu	Igreja da Misericórdia de Viana do Castelo, Viana do Castelo
Catedral do Porto, Porto	Igreja da Sé Nova - Catedral de Coimbra, Coimbra
Colégio de Nossa Senhora da Graça, Coimbra	Igreja de Jesus Cristo, Santarém
Colégio de S. Jerónimo, Coimbra	Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Guimarães
Colégio do Espírito Santo, Évora	Igreja de Nossa Senhora da Saúde, Sintra
Colégio dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho Colégio da Sapiência, Coimbra	Igreja de Nossa Senhora de Marvila, Santarém
Complexo Monumental de Santiago da Guarda, Ansião	Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, Caldas da Rainha
Concatedral de Miranda do Douro, Miranda do Douro	Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, Montemor-o-Velho
Convento das Chagas, Vila Viçosa	Igreja de Roriz, Santo Tirso
Convento de Cristo, Tomar	Igreja de S. Francisco, Évora
Convento de Jesus, Setúbal	Igreja de S. Salvador de Ansiães, Carraceda de Ansiães
Convento de São Bento de Cástris, Évora	Igreja de Sanfins de Friestas, Valença
Convento de São Francisco, Santarém	Igreja de Santa Clara, Porto
Convento do Salvador de Vilar de Frades, Barcelos	
Domus Municipalis, Bragança	
Edifício da Alfândega Nova, Porto	

Igreja de Santa Clara de Santarém, Santarém
 Igreja de Santa Maria da Graça, Santarém
 Igreja de Santa Maria de Airões, Felgueiras
 Igreja de Santa Maria de Almoester, Santarém
 Igreja de Santa Maria de Barrô, Resende
 Igreja de Santa Maria de Sintra, Sintra
 Igreja de Santa Maria do Castelo, Tavira
 Igreja de Santa Maria do Olival, Tomar
 Igreja de Santa Maria Maior de Tarouquela, Cinfães
 Igreja de Santiago e panteão dos Cabrais, Belmonte
 Igreja de Santo André de Vila Boa de Quires, Marco de Canaveses
 Igreja de Santo Estevão, Lisboa
 Igreja de Santo Isidoro de Canaveses, Marco de Canaveses
 Igreja de São Cláudio de Nogueira, Viana do Castelo
 Igreja de São Domingos, Lisboa
 Igreja de São Gens de Boelhe, Penafiel
 Igreja de São João Batista de Gatão, Amarante
 Igreja de São João Batista de Tomar, Tomar
 Igreja de São Julião de Setúbal, Setúbal
 Igreja de São Lourenço (dos Grilos), Porto
 Igreja de São Martinho de Cedofeita, Porto
 Igreja de São Martinho de Mouros, Resende
 Igreja de São Martinho de Soalhães, Marco de Canaveses
 Igreja de São Miguel de Entre-os-Rios, Penafiel
 Igreja de São Miguel do Castelo, Guimarães
 Igreja de São Pedro de Abragão, Penafiel
 Igreja de São Vicente de Sousa, Felgueiras
 Igreja do Antigo Convento de São Francisco do Porto, Porto
 Igreja do Carmo, Coimbra
 Igreja do Convento de Santa Clara, Vila do Conde

Igreja do Convento de São João Evangelista (das Carmelitas), Aveiro
 Igreja do Convento dos Paulistas, Lisboa
 Igreja do Mosteiro de Leça do Balio, Matosinhos
 Igreja do Salvador de Cabeça Santa, Penafiel
 Igreja dos Agostinhos, Vila Viçosa
 Igreja dos Lóios (Igreja de São João Evangelista), Évora
 Igreja e Torre dos Clérigos, Porto
 Igreja Matriz de Atalaia, Vila Nova da Barquinha
 Igreja Matriz da Golegã, Golegã
 Igreja Matriz da Lourinhã de Santa Maria do Castelo, Lourinhã
 Igreja Matriz de Azurara, Vila do Conde
 Igreja matriz de Freixo de Espada à Cinta, Freixo de Espada à Cinta
 Igreja matriz de Góis, Góis
 Igreja Matriz de Loulé, Loulé
 Igreja Matriz de Mértola, Mértola
 Igreja Matriz de S. Miguel de Armamar, Armamar
 Igreja Matriz de Santa Eufémia, Penela
 Igreja Matriz de São Martinho de Manhente, Barcelos
 Igreja Matriz de São Vicente de Cuba, Alvito
 Igreja Matriz de Vila do Conde, Vila do Conde
 Igreja Moçárabe de São Pedro de Lourosa, Oliveira do Hospital
 Igreja Paroquia de S. Vicente da Chã, Montalegre
 Igreja Paroquial de Estômbar, Lagoa
 Igreja Paroquial de São João Batista de Moura, Moura
 Igreja Paroquial de Vouzela (Nossa Senhora da Assunção), Vouzela
 Igreja Românica de Arões, Fafe
 Igreja Românica de Rubiães, Paredes de Coura
 Igreja românica de Santa Cristina de Cerzedelo, Guimarães

Igreja Santa Marinha de Trevões, São João da Pesqueira

Igreja/Mosteiro de Santa Cruz, Coimbra

Jardim do Paço Episcopal, Castelo Branco

Mata Nacional do Bussaco, Mealhada

Mosteiro da Flor da Rosa, Crato

Mosteiro da Serra do Pilar, Vila Nova de Gaia

Mosteiro de Alcobaça, Alcobaça

Mosteiro de Lorvão, Penacova

Mosteiro de S. Bernardo, Portalegre

Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, Coimbra

Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra

Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha

Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, Figueira de Castelo Rodrigo

Mosteiro de Santa Maria de Arouca, Arouca

Mosteiro de Santa Maria de Belém/Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa

Mosteiro de Santa Maria de Cárquere, Resende

Mosteiro de Santa Maria de Celas, Coimbra

Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, Felgueiras

Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, Tarouca

Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, Marco de Canaveses

Mosteiro de Santo Tirso, Santo Tirso

Mosteiro de São Dinis e São Bernardo, Odivelas

Mosteiro de São João de Tarouca, Tarouca

Mosteiro de São Pedro de Cête, Paredes

Mosteiro de São Pedro de Ferreira, Paços de Ferreira

Mosteiro de São Vicente de Fora, Lisboa

Mosteiro do Salvador de Freixo de Baixo, Amarante

Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, Penafiel

Mosteiro do Salvador de Travanca, Amarante

NARC - Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa

Paço de Giela, Arcos de Valdevez

Paço de São Miguel, Évora

Paço do Bispo, Porto

Paço e Capela da Bemposta, Lisboa

Paço Real/ Paço das Escolas, Coimbra

Paços do Concelho de Santa Cruz, Santa Cruz

Paços Municipais de Guimarães, Guimarães

Palácio Cristóvão de Moura, Figueira de Castelo Rodrigo

Palácio da Bolsa, Porto

Palácio da Brejoeira, Monção

Palácio da Independência, Lisboa

Palácio de D. Manuel, Évora

Palácio de São Bento, Lisboa

Palácio de São Lourenço, Funchal

Palácio de Sub-Ripas, Coimbra

Palácio de Vila Viçosa, Vila Viçosa

Palácio do Freixo, Porto

Palácio Fronteira, Lisboa

Palácio Nacional de Belém, Lisboa

Panteão Nacional, Lisboa

Parque Arqueológico do Vale do Coa, Vila Nova de Foz Côa

Ponte Fortificada de Ucanha, Tarouca

Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas, Odivelas

Santuário de Nossa Senhora da Boa Nova, Alandroal

Santuário do Bom Jesus do Monte em Braga, Braga

Santuário do Santíssimo Milagre de Santarém, Santarém

Sé da Guarda, Guarda

Sé de Leiria, Leiria

Sé de Lisboa, Lisboa

Sé de Santarém, Santarém

Sé de Silves, Silves

Sé Velha de Coimbra, Coimbra

Seminário Maior de Coimbra, Coimbra

Termas Romanas de Chaves, Chaves
Torre da Porta Nova, Barcelos
Torre de Anto, Coimbra
Torre de Belém, Lisboa
Torre de Lapela, Monção
Torre de Quintela, Vila Real
Torre do Castelo, Freixo de Espada à Cinta
Torre Pedro Cem, Porto
Torre/Paço Ducal de Evoramonte, Estremoz
Universidade de Coimbra - Alta e Sofia,
Coimbra



Avenida das Forças Armadas, Edifício 4, Sala A 0.04
1649-026 LISBOA Portugal
<https://www.opac.cies.iscte-iul.pt> | [Facebook](#)